

ETERNIT S.A. - Em recuperação judicial

Balancos patrimoniais individuais e consolidados
Em 30 de setembro de 2022 e 31 de dezembro de 2021
(Em milhares de Reais)

Ativo						Passivo e patrimônio líquido					
	Nota explicativa	Controladora		Consolidado			Nota explicativa	Controladora		Consolidado	
		30/09/2022	31/12/2021	30/09/2022	31/12/2021			30/09/2022	31/12/2021	30/09/2022	31/12/2021
Circulante						Circulante					
Caixa e equivalentes de caixa	3	1.640	3.370	72.460	218.864	Fornecedores	14	26.186	33.096	59.521	50.201
Contas a receber	4	70.181	68.592	248.676	153.229	Empréstimos e financiamentos	15	-	-	53.339	3.911
Estoques	5	126.935	116.112	240.486	185.268	Partes relacionadas	9	58.107	69.703	-	-
Tributos a recuperar	6	17.889	61.139	88.882	126.392	Obrigações com pessoal	16	23.924	22.692	35.658	29.530
Partes relacionadas	9	149.242	316.442	-	-	Dividendos e juros sobre o capital próprio	20.(iv)	8.760	24.346	8.768	24.355
Adiantamento a fornecedores		5.724	3.932	31.154	30.014	Impostos, taxas e contribuições a recolher	17	18.064	24.411	34.466	34.919
Outros ativos circulantes		5.237	3.444	26.714	21.590	Provisão para benefício pós-emprego		3.659	3.659	7.851	7.851
		376.848	573.031	708.372	735.357	Obrigações de arrendamento	13	-	-	3.607	6.572
						Outros passivos circulantes	18	34.107	26.290	75.346	51.516
								172.807	204.197	278.556	208.855
Ativos mantidos para a venda	10	-	-	1.023	4.845						
		376.848	573.031	709.395	740.202						
Não circulante						Não circulante					
Depósitos judiciais		7.271	7.105	11.448	10.500	Empréstimos e financiamentos	15	-	-	30.525	33.485
Tributos a recuperar	6	2.692	1.781	40.553	10.629	Partes relacionadas	9	26.016	37.201	-	-
Partes relacionadas	9	2.057	2.005	-	-	Impostos, taxas e contribuições a recolher	17	5.714	12.249	22.682	32.893
Outros ativos não circulantes		139	140	1.595	1.595	Obrigações com pessoal	16	6.434	6.216	6.872	7.007
Investimentos	8	444.398	205.399	-	-	Provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas	19	50.830	53.543	69.417	71.205
Ativo de direito uso	13	-	-	16.238	7.758	Provisão para benefício pós-emprego		36.404	36.209	73.902	73.773
Imobilizado	11	166.400	144.313	347.607	240.643	Provisão para desmobilização da mina		-	-	9.273	9.273
Intangível	12	335	552	60.181	604	Obrigações de arrendamento	13	-	-	12.658	1.214
		623.292	361.295	477.622	271.729	Provisão para perdas em investimentos	8	18.597	10.282	-	-
						Imposto de renda e contribuição social diferidos	21.(ii)	23.556	11.184	23.145	10.871
								167.551	166.884	248.474	239.721
						Patrimônio líquido					
						Capital social	20.(i)	438.082	438.082	438.082	438.082
						Reservas de capital		78.982	69.927	78.982	69.927
						Ações em tesouraria	20.(ii)	(174)	(174)	(174)	(174)
						Reservas de lucros		163.341	75.859	163.341	75.859
						Outros resultados abrangentes		(20.449)	(20.449)	(20.449)	(20.449)
						Patrimônio líquido atribuível a acionistas controladores		659.782	563.245	659.782	563.245
						Participação dos acionistas não controladores		-	-	205	110
								659.782	563.245	659.987	563.355
Total do ativo		1.000.140	934.326	1.187.017	1.011.931	Total do passivo e patrimônio líquido		1.000.140	934.326	1.187.017	1.011.931

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis individuais e consolidadas.

ETERNIT S.A. - Em recuperação judicial

Demonstrações do resultado individuais e consolidadas

Períodos findos em 30 de setembro de 2022 e 30 de setembro de 2021

(Em milhares de Reais - exceto o lucro líquido por ação)

	Nota explicativa	Controladora				Consolidada			
		01/01/2022 à 30/09/2022	01/01/2021 à 30/09/2021	01/07/2022 à 30/09/2022	01/07/2021 à 30/09/2021	01/01/2022 à 30/09/2022	01/01/2021 à 30/09/2021	01/07/2022 à 30/09/2022	01/07/2021 à 30/09/2021
Receita líquida	22	549.683	595.747	186.868	202.791	874.827	833.580	323.048	275.978
Custos dos produtos e mercadorias vendidos, e dos serviços prestados	23	(418.022)	(377.716)	(150.637)	(130.241)	(581.441)	(461.746)	(223.058)	(157.269)
Lucro bruto		131.661	218.031	36.231	72.550	293.386	371.834	99.990	118.709
Receitas/(despesas) operacionais									
Despesas com vendas	23	(40.313)	(36.940)	(13.616)	(13.217)	(77.414)	(65.576)	(27.515)	(21.770)
Gerais e administrativas	23	(33.439)	(35.227)	(10.919)	(12.917)	(63.136)	(60.663)	(21.266)	(22.592)
Remuneração da administração	23	(10.015)	(4.924)	(3.138)	(708)	(11.000)	(5.743)	(3.471)	(1.527)
Outras receitas/(despesas) operacionais, líquidas	24	(9.981)	4.675	(2.256)	7.442	18.340	35.941	461	40.044
Resultado da equivalência patrimonial	8	88.060	87.400	30.693	46.391	-	-	-	-
		(5.688)	14.984	764	26.991	(133.210)	(96.041)	(51.791)	(5.845)
Resultado operacional		125.973	233.015	36.995	99.541	160.176	275.793	48.199	112.864
Resultado financeiro	25	(5.433)	(1.544)	(1.274)	(1.733)	(4.386)	(1.698)	122	4.859
Resultado antes do Imposto de Renda e da Contribuição Social		120.540	231.471	35.721	97.808	155.790	274.095	48.321	117.723
Imposto de Renda e Contribuição Social									
Correntes	21.(i)	(8.137)	(21.528)	3.704	(5.941)	(43.340)	(64.495)	(8.707)	(25.785)
Diferidos	21.(i)	11.184	6.127	1.599	6.127	11.231	6.503	1.426	6.076
Lucro líquido do período		123.587	216.070	41.024	97.994	123.681	216.103	41.040	98.014
Atribuível a:									
Acionistas controladores						123.587	216.070	41.026	97.994
Acionistas não controladores						94	33	14	20
Lucro líquido do período		123.681	216.103	41.040	98.014	123.681	216.103	41.040	98.014
Lucro líquido por ação									
Básico e diluído (R\$)		2,0009	3,4982	0,6642	1,8968	2,0009	3,4982	0,6642	1,8968

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis individuais e consolidadas.

ETERNIT S.A. - Em recuperação judicial

Demonstrações do resultado abrangente individuais e consolidadas Períodos findos em 30 de setembro de 2022 e 30 de setembro de 2021 (Em milhares de Reais)

	Controladora		Consolidado	
	30/09/2022	30/09/2021	30/09/2022	30/09/2021
Lucro líquido do período	123.587	216.070	123.681	216.103
Outros resultados abrangentes	-	-	-	-
Outros resultados abrangentes líquidos de impostos	-	-	-	-
Resultado abrangente total do período	<u>123.587</u>	<u>216.070</u>	<u>123.681</u>	<u>216.103</u>
Atribuível a:				
Acionistas controladores			123.587	216.070
Acionistas não controladores			94	33
			<u>123.681</u>	<u>216.103</u>

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis individuais e consolidadas.

ETERNIT S.A. - Em recuperação judicial

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido individuais e consolidadas
Períodos findos em 30 de setembro de 2022 e 30 de setembro de 2021
(Em milhares de Reais)

	Nota explicativa	Capital social	Ações em tesouraria	Reservas de lucros				Prejuízos/Lucros acumulados	Outros resultados abrangentes	Total controladora	Participação dos acionistas não controladores	Total do patrimônio líquido
				Subvenção para investimentos	Reserva Estatutária	Reserva Legal	Retenção de Lucros					
SALDOS EM 1º DE JANEIRO DE 2021		385.537	(174)	20.686	-	-	(85)	(162.409)	(28.655)	214.900	111	215.011
Aumento de capital		110.000	-	-	-	-	-	-	-	110.000	-	110.000
Diminuição de capital com absorção de prejuízo acumulado		(57.455)	-	-	-	-	-	57.455	-	-	-	-
Lucro do período		-	-	-	-	-	-	216.070	-	216.070	33	216.103
Subvenção para investimentos		-	-	50.024	-	-	-	(50.024)	-	-	-	-
SALDOS EM 30 DE SETEMBRO DE 2021		438.082	(174)	70.710	-	-	(85)	61.092	(28.655)	540.970	144	541.114
SALDOS EM 1º DE JANEIRO DE 2022		438.082	(174)	69.927	8.221	8.221	59.417	-	(20.449)	563.245	110	563.355
Lucro do período		-	-	-	-	-	-	123.587	-	123.587	95	123.682
Subvenção para investimentos		-	-	9.055	-	-	146	(9.201)	-	-	-	-
Juros sobre o capital próprio		-	-	-	-	-	-	(8.650)	-	(8.650)	-	(8.650)
Dividendos declarados		-	-	-	-	-	-	(18.400)	-	(18.400)	-	(18.400)
Retenção de Lucro		-	-	-	-	-	87.336	(87.336)	-	-	-	-
SALDOS EM 30 DE SETEMBRO DE 2022		438.082	(174)	78.982	8.221	8.221	146.899	0	(20.449)	659.782	205	659.987

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis individuais e consolidadas.

ETERNIT S.A. - Em recuperação judicial

Demonstrações dos fluxos de caixa individuais e consolidadas Períodos findos em 30 de setembro de 2022 e 30 de setembro de 2021 (Em milhares de Reais)

	Nota	Controladora		Consolidado	
	explicativa	30/09/2022	30/09/2021	30/09/2022	30/09/2021
Fluxo de caixa das atividades operacionais					
Resultado antes do Imposto de Renda e da Contribuição Social		120.540	231.471	155.790	274.095
Ajustes para conciliar o lucro antes do Imposto de Renda e da Contribuição Social com o caixa líquido gerado pelas atividades operacionais:					
Resultado da equivalência patrimonial	8	(88.060)	(87.400)	-	-
Depreciação e amortização	23	9.943	8.131	14.318	12.371
Resultado na baixa de ativos imobilizados e intangíveis		2.249	-	2.254	2.529
Perdas esperadas com créditos de liquidação duvidosa sobre as contas a receber	23	1.510	254	1.274	245
Perda estimada para redução ao valor realizável líquido dos estoques	5	(400)	(539)	(990)	(2.378)
Perda estimada para redução ao valor recuperável		-	-	-	(2.193)
Provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas	19	(2.713)	(3.137)	(2.357)	(3.508)
Provisão para benefícios pós-emprego		195	(62)	129	(549)
Encargos financeiros, variação monetária e variação cambial		2.461	1.720	(5.262)	1.346
		45.725	150.438	165.156	281.958
Aumento/(redução) nos ativos operacionais:					
Contas a receber		(3.099)	(30.529)	(58.359)	(39.702)
Partes relacionadas a receber		144.984	(132.175)	-	-
Estoques	5	(10.423)	(35.619)	(19.449)	(61.022)
Tributos a recuperar		48.524	3.464	11.533	(17.651)
Depósitos judiciais		(166)	(196)	(170)	(490)
Disponível para venda		-	796	3.822	104.494
Outros ativos		(3.578)	3.202	(6.221)	(9.841)
Aumento/(redução) nos passivos operacionais:					
Fornecedores		(6.947)	(7.401)	1.997	(15.669)
Partes relacionadas a pagar		(3.041)	(3.380)	-	-
Impostos, taxas e contribuições a recolher		(10.442)	(3.565)	(11.062)	(7.512)
Obrigações com pessoal	16	1.450	5.325	5.412	9.897
Outros passivos		7.817	(7.346)	1.375	(49.117)
Caixa gerado pelas/ (aplicados nas) nas operações		210.804	(56.986)	94.034	195.345
Juros pagos		-	-	-	(1.517)
Imposto de renda e contribuição social pagos		(16.763)	(21.870)	(46.417)	(60.703)
Caixa líquido gerado pelas/ (aplicado nas) operações		194.041	(78.856)	47.617	133.125
Fluxo de caixa das atividades de investimento					
Mútuo com empresas ligadas a receber		-	1.336	-	-
Adições ao ativo imobilizado e intangível	11 e 12	(34.065)	(27.060)	(72.369)	(33.890)
Aquisição de controlada líquido do caixa na combinação de negócio		-	-	(118.686)	-
Adições aos investimentos		(119.068)	-	-	-
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento		(153.133)	(25.724)	(191.055)	(33.890)
Fluxo de caixa das atividades de financiamento					
Captação de empréstimos e financiamentos	15	-	569	61.660	1.594
Amortização de empréstimos e financiamentos	15	-	(9.895)	(19.537)	(30.679)
Dividendos e JCP a pagar		(42.638)	-	(42.638)	-
Aumento do Capital Social		-	110.000	-	110.000
Operações com arrendamento		-	-	(2.451)	(1.981)
Caixa líquido gerados/ (aplicados) nas atividades de financiamento		(42.638)	100.674	(2.966)	78.934
(Redução)/aumento líquido do caixa e equivalentes de caixa		(1.730)	(3.906)	(146.404)	178.169
Caixa e equivalentes de caixa no início do período	3	3.370	4.145	218.864	81.175
Caixa e equivalentes de caixa no fim do período	3	1.640	239	72.460	259.344
(Redução)/aumento líquido do caixa e equivalentes de caixa		(1.730)	(3.906)	(146.404)	178.169

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis individuais e consolidadas.

ETERNIT S.A. - Em recuperação judicial

Demonstrações do valor adicionado individuais e consolidadas Períodos findos em 30 de setembro de 2022 e 30 de setembro de 2021 (Em milhares de Reais)

	Nota	Controladora		Consolidado	
	explicativa	30/09/2022	30/09/2021	30/09/2022	30/09/2021
Receitas					
Vendas de mercadorias, produtos e serviços	22	716.561	780.202	1.063.964	1.033.391
Outras receitas		(4.164)	(1.834)	12.457	(6.579)
Perdas estimadas com créditos de liquidação duvidosa sobre as contas a receber	23	(1.510)	(254)	(1.224)	(245)
		710.887	778.114	1.075.197	1.026.567
Insumos adquiridos de terceiros					
Custos dos produtos e mercadorias vendidos e dos serviços prestados		(373.339)	(338.088)	(571.177)	(419.050)
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros		(118.383)	(115.536)	(128.519)	(151.687)
Perda estimada por não recuperabilidade de ativos e provisão para reestruturação		-	-	47	5.645
Outros descontos, abatimentos e doações		(742)	(482)	(843)	(482)
		(492.464)	(454.106)	(700.492)	(565.574)
Valor adicionado bruto		218.423	324.008	374.705	460.993
Depreciação, amortização e exaustão	23	(9.943)	(8.131)	(14.318)	(12.371)
Valor adicionado líquido produzido pela companhia		208.480	315.877	360.387	448.622
Valor adicionado recebido em transferência					
Resultado da equivalência patrimonial	8	88.060	87.400	-	-
Receitas financeiras		1.803	3.895	61.204	29.502
Outras		(2.024)	8.748	(301)	34.732
		87.839	100.043	60.903	64.234
Valor adicionado total a distribuir		296.319	415.920	421.290	512.856
Pessoal:					
Remuneração direta		50.870	46.545	90.592	73.018
Benefícios		23.609	20.963	38.049	32.480
FGTS		3.831	3.520	6.071	4.975
		78.310	71.028	134.712	110.473
Impostos, taxas e contribuições:					
Federais		49.096	80.686	70.497	128.322
Estaduais		27.142	34.032	633	9.773
Municipais		2.629	1.639	3.418	2.297
		78.867	116.357	74.548	140.392
Remuneração de capital de terceiros:					
Juros		7.236	5.439	65.589	31.200
Aluguéis		8.319	7.026	22.760	14.688
		15.555	12.465	88.349	45.888
Remuneração de capitais próprios:					
Juros sobre o capital próprio		18.401	-	18.401	-
Lucros retidos do período		105.186	216.070	105.186	216.070
Participação dos não controladores nos lucros retidos		-	-	94	33
		123.587	216.070	123.681	216.103
		296.319	415.920	421.290	512.856

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis individuais e consolidadas.

Notas explicativas da Administração às informações contábeis trimestrais - ITR
Período findo em 30 de setembro de 2022
(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra maneira)

1. Contexto operacional

A Eternit S.A. - Em recuperação judicial (“Companhia” ou “Eternit”) com sede na cidade de São Paulo-SP é uma sociedade anônima de capital aberto com ações listadas no Novo Mercado, negociadas sob o *ticker* ETER3 na B3 S.A - Brasil Bolsa Balcão (“B3”).

Reconhecida no mercado brasileiro como “a marca da coruja”, a Eternit é líder de mercado na comercialização de telhas e sistemas construtivos de fibrocimento.

Atualmente, a Eternit possui sete parques industriais, uma mineradora e uma unidade de demonstração de telhas fotovoltaicas, localizadas nas cidades de Colombo-PR, Hortolândia-SP, Rio de Janeiro-RJ, Atibaia-SP, Goiânia-GO, Minaçu-GO, Simões Filho-BA e Manaus-AM.

A Companhia e suas controladas denominadas (“Grupo”) têm como principal objeto social a industrialização e a comercialização de produtos para os segmentos de coberturas (telhas de fibrocimento e telhas de concreto) e de soluções construtivas (placas cimentícias e painel wall), bem como outros materiais de construção e respectivos acessórios.

Com capital pulverizado, sem acordo de acionistas ou grupo controlador, a Companhia tem como acionistas pessoas físicas e jurídicas, clubes de investimento, fundos de investimento e fundações.

As demonstrações consolidadas do Grupo incluem as informações contábeis da Eternit S.A. e as de suas controladas no período findo em 30 de setembro de 2022, conforme descrito a seguir:

Controlada	Participação (%)	Tipo de Controle	Localização/Sede	Atividade principal
Sama S.A. Minerações Associadas	100	Direto	Minaçu/GO	Mineração, exploração e beneficiamento da fibra crisotila.
Tégula S.A.	100	Direto	Atibaia/SP	Industrialização e comercialização de telhas de concreto e acessórios.
Precon Goiás Industrial Ltda.	100	Direto	Anápolis/GO	Operação descontinuada em 2019.
Prel Empreendimentos e Participações Ltda.	100	Direto	São Paulo/SP	Participação em empresas industriais e comerciais.
Eternit da Amazônia Indústria de Fibrocimento Ltda.	100	Direto	Manaus/AM	Industrialização e comercialização de fibras sintéticas de polipropileno utilizadas em materiais de construção.
Confibra Indústria e Comércio Ltda	100	Direto	Hortolândia/SP	Fabricação de artefatos de fibrocimento para uso na construção. (a partir de 01/08/2022)
Atena Consultoria e Participações Ltda.	100	Indireto	São Paulo/SP	Gestão do patrimônio e administração dos investimentos do grupo.
Cordoba Consultoria e Participações Ltda.	100	Indireto	São Paulo/SP	Gestão do patrimônio e administração dos investimentos do grupo.
Engedis Distribuição Ltda.	100	Indireto	Minaçu/GO	Não possui atividade econômica.
Companhia Sulamericana de Cerâmica S.A. “CSC”	100	Direto	Caucaia/CE	Operação de louças descontinuada em 2020. A partir de 2022 com centro de distribuição de telhas de fibrocimento.

Notas explicativas da Administração às informações contábeis trimestrais - ITR
Período findo em 30 de setembro de 2022
(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra maneira)

Tégula Solar S/A.

100 Indireto Atibaia/SP

Fabricação de geradores de corrente contínua e alternada, bem como peças e acessórios.

Os principais produtos industrializados e comercializados pelo Grupo, assim como informações por segmento, estão descritos na Nota Explicativa nº 26.

1.1. Recuperação judicial

A Companhia, juntamente com suas controladas, ajuizou um pedido de recuperação judicial em 19 de março de 2018, perante a Comarca da Capital do Estado de São Paulo, nos termos dos artigos 51 e seguintes da Lei nº 11.101/05.

A decisão de ajuizamento foi aprovada pelos acionistas da Companhia e pelo Conselho de Administração em Assembleia Geral Extraordinária realizada em 11 de abril de 2018, e deferida pelo Juízo da 2ª Vara de Falências e Recuperações Judiciais da Comarca da Capital de São Paulo em 16 de abril de 2018, cuja decisão foi publicada em 03 de maio de 2018.

A versão final do Plano de Recuperação Judicial (“Plano”) foi apresentada em 25 de abril de 2019, a qual foi aprovada em Assembleia Geral de Credores em 29 de maio de 2019.

O Plano foi homologado pelo Juízo da 2ª Vara de Falências e Recuperações Judiciais da Comarca de São Paulo/SP em 30 de maio de 2019, sendo a decisão publicada no Diário Oficial do Estado de São Paulo em 11 de junho de 2019, data em que se iniciam os prazos para cumprimento do respectivo plano que contempla quatro classes, à saber:

A Classe I de credores contempla os titulares de créditos trabalhistas, cujos pagamentos foram divididos em três categorias:

- (i) Créditos trabalhistas de natureza estritamente salarial até o limite de cinco salários mínimos com prazo de pagamento em 30 dias após a homologação do plano.
 - (ii) Demais valores até o limite de R\$ 250 mil serão pagos integralmente em até 12 meses.
 - (iii) Saldos excedendo R\$ 250 mil serão quitados com novas ações emitidas pela Companhia, ou no caso de exercício do direito de preferência pelos acionistas, com os recursos obtidos com o aumento de capital.
-

Notas explicativas da Administração às informações contábeis trimestrais - ITR
Período findo em 30 de setembro de 2022
(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra maneira)

Após a homologação do plano, alguns credores trabalhistas interpuuseram agravo de instrumento contra a decisão de homologação em razão da forma de pagamento prevista (pagamento linear até o montante de R\$ 250 mil e o saldo remanescente acima de R\$ 250 mil após pagamento linear por meio de emissão de ações decorrente do aumento do capital da Eternit).

Em função de uma decisão desfavorável proferida pelo Tribunal de Justiça de São Paulo (TJSP), o Grupo opôs embargos de declaração a fim de questionar a decisão, já que esse entendimento é contrário ao entendimento atual do Superior Tribunal de Justiça (STJ) e ao Enunciado XIII do próprio TJSP.

Os embargos foram julgados e rejeitados pelo TJSP, levando a Companhia a ingressar com recurso especial no STJ. Paralelamente, o juiz autorizou o pagamento dos créditos trabalhistas com os recursos obtidos no aumento de capital aos credores da Classe I, então depositados em juízo.

Todavia, alguns credores da Classe I com valores acima de R\$ 250 mil foram pagos em dinheiro nos termos do acórdão do TJSP (Agravado de Instrumento nº 2140739-28.2019.8.26.0000), com o objetivo de manter as obrigações concursais em dia, sem quaisquer alegações de descumprimento do Plano de Recuperação Judicial. De todo modo, a Companhia ressalva todos os seus direitos e pretensões levadas ao STJ, no bojo do Recurso Especial nº 1899316/SP, ora em fase de julgamento de agravo interno. Assim, o pagamento de tais credores trabalhistas não significa qualquer tipo de renúncia com relação às pretensões levadas ao C. STJ. Fato é que a Companhia se mantém confiante de que o entendimento do TJSP será reformado pela turma julgadora do C. STJ, permitindo-se o cumprimento do Plano conforme as condições atinentes à Classe I que foram aprovadas pelos credores, condições estas que são economicamente viáveis e compatíveis com a sua estrutura financeira e de geração de caixa.

Em 30 de setembro de 2022, o saldo da Classe I totalizou R\$ 1.351.

A Classe II de credores contempla apenas um credor com garantia real, cujo pagamento teve carência de 12 meses a contar da data de homologação do plano e com a incidência de juros de 7% a.a. Os pagamentos serão realizados em 126 parcelas mensais. Dessa forma, em 30 de setembro de 2022, o saldo da Classe II totalizou R\$ 34.436.

A Classe III é composta pelos credores quirografários que receberão o pagamento inicial de R\$ 3 mil, limitado ao valor do crédito, em até 180 dias a contar da data de homologação. O pagamento do saldo restante considera duas opções de recebimento a critério do credor:

Notas explicativas da Administração às informações contábeis trimestrais - ITR
Período findo em 30 de setembro de 2022
(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra maneira)

- (i) **Opção A:** limitado a R\$ 50 milhões por credor, com a possibilidade de recebimento por meio de dação de imóvel em processo competitivo, com consequente quitação do seu crédito, integral ou parcial, incorrendo em deságio de 30% sobre o montante ofertado (imóvel utilizado em dação). Os saldos remanescentes após a dação terão seus créditos quitados através da Tranche A e da Parcela A. A primeira corresponde a 15% do saldo e será remunerada à taxa de 1% a.a. e correção monetária de 100% do CDI. O pagamento será efetuado em 28 parcelas trimestrais iguais e consecutivas, a primeira vencendo em 21 meses a contar da data de homologação. A Parcela A, representa 85% do saldo e será corrigida por 100% do CDI, sendo paga em parcela única no 102º mês a contar da data de homologação, podendo ser antecipada com recursos líquidos oriundos da alienação dos ativos imobiliários elencados no Plano (Quadro 5-A);
- (ii) **Opção B:** pagamento com a aplicação de 45% de deságio sobre os créditos quirografários limitado, após o deságio, a R\$ 50 milhões, pago através da Tranche B e da Parcela B. A primeira, representa 27% do saldo após deságio e será remunerada à taxa de 1% a.a. e correção monetária de 100% do CDI. O pagamento será efetuado em 28 parcelas trimestrais iguais e consecutivas, a primeira vencendo em 21 meses a contar da data de homologação. A Parcela B correspondendo a 73% do saldo, será corrigida por 100% do CDI, sendo paga numa parcela única no 102º mês a partir da data de homologação, podendo ser antecipada com recursos líquidos oriundos da alienação de ativos elencados no plano (Quadro 5-B). Como meio de aceleração do pagamento será procedida a alienação do ativo imobilizado da UPI Louças Sanitárias (CSC).

Os valores de cada credor quirografário que superarem o limite de R\$ 50 milhões, conforme descrito nas Opções A e B, serão pagos por meio de debêntures emitidas pela Controladora, com carência de 102 meses e vencimento “*bullet*” em 120 meses após o término da carência e o saldo corrigido pela Taxa Referencial (“TR”). Após o exercício da opção pelos credores, não houve credor individual com créditos superiores a R\$ 50 milhões.

Com a liquidação dos credores das Opções A e B incorrida em 2021, em 30 de setembro de 2022, o saldo da Classe III totalizou R\$ 3.782 e US\$ 125, sendo a maior parte composta de credores concursais que não forneceram dados bancários e ou não se apresentaram para recebimento na data do pagamento. Assim, o saldo desta classe não será mais corrigido.

Notas explicativas da Administração às informações contábeis trimestrais - ITR
Período findo em 30 de setembro de 2022
(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra maneira)

A Classe IV é composta por microempresas e empresas de pequeno porte que receberão o pagamento inicial no montante de até R\$ 2 mil por credor, em parcela única e limitada ao seu crédito, vencendo em até 180 dias a contar da data de homologação. O saldo remanescente, limitado ao montante de R\$ 250 mil, será pago em até 18 meses a partir da data de homologação com a correção de 100% do CDI. Todavia, os pagamentos aos credores concursais da Classe IV foram concluídos, de forma antecipada.

Em 30 de setembro de 2022, o saldo da Classe IV totalizou R\$ 1.022 decorrente de credores concursais que não forneceram dados bancários e ou não se apresentaram para recebimento na data do pagamento. Assim, o saldo desta classe não será mais corrigido.

O quadro a seguir demonstra a posição atualizada dos credores em 30 de setembro de 2022. Desde a homologação do plano, foram realizados pagamentos nos montantes de R\$ 120.912 e US\$ 1.247, destes um valor correspondente a R\$ 40.400 na forma de dação de imóveis da controlada Prel Empreendimentos e Participações Ltda. De acordo com a opção exercida pelos credores, foram aplicados os descontos previstos no Programa de Recuperação Judicial nos montantes de R\$ 55.153 e de US\$ 763.

Notas explicativas da Administração às informações contábeis trimestrais - ITR

Período findo em 30 de setembro de 2022

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra maneira)

Classes	Saldo Aprovado no Plano RJ	Haircut	Dação	Novos Créditos Habilitados (Desabilitados)	Juros/ Encargos	Pagtos. Realizados	Saldo Final
Classe I - Credores Trabalhistas	6.466	-	-	3.773	-	(8.888)	1.351
Classe II - Credores com Garantia Real	36.225	-	-	-	8.873	(10.662)	34.436
Classe III - Credores Quirografários:							
Opção A - R\$	107.672	(17.314)	(40.400)	(1.386)	3.411	(48.201)	3.782
Opção A - US\$	953	-	-	(520)	1	(309)	125
Opção B - R\$	84.097	(37.839)	-	-	3.242	(49.500)	-
Opção B - US\$	1.696	(763)	-	-	5	(938)	-
Classe IV - Credores Microempresas e Empresas de Pequeno Porte	4.612	-	-	-	71	(3.661)	1.022
Total - R\$	239.072	(55.153)	(40.400)	2.387	15.597	(120.912)	40.591
Total - US\$	2.649	(763)	-	(520)	6	(1.247)	125

Notas explicativas da Administração às informações contábeis trimestrais - ITR
Período findo em 30 de setembro de 2022
(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra maneira)

A dívida concursal em 30 de setembro de 2022 totalizou R\$ 40.591 e US\$ 125 em moeda estrangeira, equivalente a R\$ 677 Mil (R\$ 5,4066: 1 US\$), tendo 83% de sua dívida concursal atrelada ao Banco da Amazônia (Classe II), com amortização mensal e juros pré-fixados de 7% a.a.

A íntegra do Plano de Recuperação Judicial aprovado e a ata da Assembleia Geral de Credores foram disponibilizadas no website da Comissão de Valores Mobiliários (“CVM”) e no website de Relações com Investidores da Companhia (ri.eternit.com.br).

1.2. Continuidade operacional

A Administração avaliou a capacidade da Companhia e de suas controladas em continuar operando e está convencida de que apesar das questões advindas da recuperação judicial e da questão jurídica do mineral crisotila no Brasil possui recursos para dar continuidade a seus negócios no futuro. Assim, estas informações contábeis foram preparadas com base no pressuposto de continuidade.

a) Recuperação judicial

A recuperação judicial continua em curso e faz parte da reestruturação da Companhia e de suas controladas, tendo como objetivo a preparação de uma base sólida para os próximos anos através de modernização de suas unidades fabris, inovação e foco na rentabilidade de seus negócios, além do efeito de proteção contra as ações judiciais e possíveis execuções que possam recair sobre o Grupo.

Assim, para o encerramento da Recuperação Judicial, a Companhia aguarda o desfecho definitivo da discussão mantida perante o C. STJ, encontrando-se pendente de julgamento, no momento, o agravo interno interposto pelo Grupo Eternit para que a questão seja analisada por toda a turma julgadora, pleiteando-se sejam restabelecidas as condições de pagamento dos credores trabalhistas previstas no Plano de Recuperação Judicial aprovado em assembleia geral de credores, as quais foram homologadas em 30 de maio de 2022 pelo d. Juízo da 2ª Vara de Falências e Recuperações Judicial da Comarca da Capital de São Paulo.

b) A questão jurídica do mineral crisotila no Brasil

A atividade de exploração e utilização da crisotila é regulamentada pela Lei Federal nº 9.055/95, Decreto nº 2.350/97 e normas regulamentadoras do Ministério do Trabalho e Emprego. Também está prevista na Convenção 162 da Organização Internacional do Trabalho (OIT).

Notas explicativas da Administração às informações contábeis trimestrais - ITR
Período findo em 30 de setembro de 2022
(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra maneira)

A referida Lei foi objeto da Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADI) nº 4.066 propostas pela ANAMATRA e pela ANPT perante o Supremo Tribunal Federal (STF). Ela foi julgada em 24 de agosto de 2017, onde cinco votos foram declarados pela procedência da ação e consequente inconstitucionalidade da Lei Federal e quatro votos pela sua improcedência e constitucionalidade.

De acordo com o artigo 97 da Constituição Federal, a inconstitucionalidade de uma lei pressupõe voto de ao menos seis dos 11 ministros, o que não ocorreu. Dessa forma, a Lei nº 9.055 não foi considerada inconstitucional.

Posteriormente foram julgadas pelo STF as ADIs nº 3.406 e nº 3.470 propostas pela Confederação Nacional dos Trabalhadores na Indústria (CNTI) contra a Lei Estadual do Rio de Janeiro que versam sobre a legalidade do uso da crisotila naquele Estado.

No julgamento, foi declarada por maioria de votos a improcedência das referidas ADIs, o que resultou na constitucionalidade da Lei Estadual do Rio de Janeiro. Além disso, foi declarada incidentalmente a inconstitucionalidade do artigo 2º da Lei Federal, com efeito “erga omnes”, ou seja, atingindo todo o território nacional.

Em função da publicação dessa decisão, no início de dezembro de 2017 o Grupo suspendeu as atividades de suas controladas SAMA (mineradora) e Precon (fabricante de telhas de fibrocimento com utilização da fibra mineral). As demais unidades de produção de telhas de fibrocimento seguiram operando normalmente através da utilização da fibra sintética de polipropileno produzida na unidade de Manaus.

Entretanto, a autora das ADIs nº 3.406 e nº 3.470 - (CNTI) solicitou à relatora delas a suspensão do efeito “erga omnes” até a publicação do acórdão, o que foi acolhido, permanecendo apenas a proibição nos Estados que proíbem a matéria-prima.

Diante da decisão acima, a Companhia retomou as atividades das controladas Sama e Precon até a publicação do acórdão e fluência do prazo para oposição dos embargos de declaração, nos termos do referido despacho.

Conforme Fato Relevante divulgado ao mercado em 10 de janeiro de 2019, o Grupo deixou de utilizar a crisotila como matéria-prima na fabricação de telhas de fibrocimento. Atualmente, a produção de telhas se dá exclusivamente com a utilização de fibras sintéticas de polipropileno produzidas em sua unidade de Manaus.

Notas explicativas da Administração às informações contábeis trimestrais - ITR
Período findo em 30 de setembro de 2022
(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra maneira)

Nesse contexto, a controlada Sama interrompeu a comercialização da fibra mineral de crisotila no mercado nacional direcionando sua produção exclusivamente para o mercado externo.

Em Fato Relevante divulgado ao mercado em 31 de maio de 2019, o Grupo se viu obrigado a hibernar os ativos da sua controlada Sama. A decisão de hiberná-los se deu pela não apreciação pelo STF do pedido de efeito suspensivo requerido naquele processo até apreciação do mérito dos embargos de declaração opostos em 08 de fevereiro de 2019. Nos embargos, foi requerida a modulação para o encerramento das atividades de mineração, período no qual a Sama continuaria, exclusivamente, como exportadora da fibra de crisotila.

Ao longo de 2020, a Eternit informou ao mercado que a controlada Sama havia retomado suas atividades, destinando sua produção exclusivamente ao mercado externo, amparada na Lei do Estado de Goiás nº 20.514, regulamentada pelo Decreto nº 9.518.

Assim, a Companhia aguarda a decisão do STF quanto à Ação Direta de Inconstitucionalidade proposta pela Associação Nacional dos Procuradores do Trabalho contra Lei nº 20.514 do Estado de Goiás (ADI nº 6.200).

Em relação à controlada Precon, fabricante de telhas de fibrocimento, essa unidade foi descontinuada em função da proibição do uso da crisotila na fabricação de telhas no território nacional. Assim, a Administração da Companhia decidiu pela desmobilização da fábrica e transferência dos equipamentos para as unidades da Eternit em Goiânia-GO e Colombo-PR, visando aumento na capacidade, melhoria de qualidade e ganho de confiabilidade nessas unidades.

c) Coronavírus

Os efeitos da Covid-19 não causaram impactos significativos nas suas operações e nem no valor justo dos ativos e passivos da Companhia até o momento.

2. Base para preparação, apresentação das demonstrações contábeis e principais políticas contábeis

Ao elaborar as informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas, a Administração utilizou critérios de divulgação baseados em regulamentos, relevância das transações e mudanças observadas na posição patrimonial, econômica e financeira, bem como desempenho da Companhia e de suas controladas.

Notas explicativas da Administração às informações contábeis trimestrais - ITR
Período findo em 30 de setembro de 2022

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra maneira)

2.1. Novas normas, revisões e interpretações emitidas que ainda não estavam em vigor em 31 de dezembro de 2021

Não há novas normas e interpretações emitidas e ainda não adotadas pela Companhia e por suas controladas que, na opinião da Administração, possam ter impacto no resultado ou no patrimônio líquido divulgado pela Eternit.

2.2. Declaração de conformidade e base para preparação

As informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas da Companhia (“demonstrações contábeis”) foram preparadas e estão apresentadas de acordo com os padrões internacionais de relatórios financeiros (*International Financial Reporting Standards- “IFRS”*), emitidas pelo *International Accounting Standards Board (“IASB”)*, implementados no Brasil através do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (“CPC”), aprovados pela Comissão de Valores Mobiliários (“CVM”) e pelo Conselho Federal de Contabilidade (“CFC”). Todas as informações relevantes próprias das demonstrações contábeis, e apenas essas informações, estão sendo evidenciadas e correspondem às utilizadas na gestão da Administração da Companhia.

Essas informações contábeis intermediárias não incluem todos os requerimentos de demonstrações contábeis anuais ou completas. Desta forma, elas devem ser lidas juntamente com as demonstrações contábeis da Companhia do exercício findo em 31 de dezembro de 2021.

Além disso, estas informações contábeis intermediárias não incluem as seguintes notas explicativas, seja por redundância ou por relevância em relação ao que já foi apresentado nas demonstrações contábeis anuais:

- NE 31 - Provisão para benefício pós-emprego;
- NE 32 - Provisão para desmobilização da mina;
- NE 33 - Provisão de reestruturação e desmobilização.

2.3. Base de apresentação

As informações contábeis intermediárias foram elaboradas com base no custo histórico, exceto por determinados instrumentos financeiros mensurados pelos seus valores justos, conforme descrito a seguir:

- (i) O custo histórico geralmente é baseado no valor justo das contraprestações pagas em troca de ativos;
 - (ii) As práticas contábeis adotadas no Brasil compreendem aquelas
-

Notas explicativas da Administração às informações contábeis trimestrais - ITR
Período findo em 30 de setembro de 2022
(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra maneira)

incluídas na legislação societária brasileira, os pronunciamentos, as orientações e as interpretações técnicas emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC e aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade (“CFC”) e pela Comissão de Valores Mobiliários (“CVM”).

2.4. Base de consolidação e investimentos em controladas

As informações contábeis intermediárias consolidadas incluem as informações contábeis da Companhia e de suas controladas. O controle é obtido quando a Companhia tem o poder de definir as políticas financeiras e operacionais e de indicar e destituir a maioria dos membros da Diretoria e do Conselho de Administração de uma entidade para auferir benefícios de suas atividades.

A Administração da Eternit, baseada nos estatutos, controla as empresas listadas na Nota Explicativa nº 1 e, portanto, realiza a consolidação integral dessas entidades.

A participação dos acionistas não controladores nas empresas consolidadas é destacada nas demonstrações do resultado consolidado e das mutações do patrimônio líquido.

Nas informações contábeis intermediárias individuais da Companhia, o resultado das controladas é reconhecido através do método de equivalência patrimonial.

Entre os principais ajustes de consolidação estão as seguintes eliminações:

- (i) Saldos das contas de ativos e passivos, bem como dos valores de receitas e despesas entre as empresas controladora e controladas, de forma que as demonstrações contábeis consolidadas representem saldos de contas a receber e a pagar efetivamente com terceiros;
- (ii) Participações no capital e lucro líquido (prejuízo) do exercício das empresas controladas.

O exercício social das controladas incluídas na consolidação é coincidente com o da Companhia. Todos os saldos e transações entre as empresas controladas foram eliminados integralmente nas informações contábeis intermediárias consolidadas. As transações entre a Companhia e as empresas controladas são realizadas em condições estabelecidas entre as partes.

Os resultados das controladas adquiridas ou alienadas durante o exercício estão incluídos nas informações contábeis intermediárias consolidadas do resultado a partir da data da efetiva aquisição até a data da efetiva

Notas explicativas da Administração às informações contábeis trimestrais - ITR
Período findo em 30 de setembro de 2022
(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra maneira)

alienação, conforme aplicável.

2.5. Aprovação das demonstrações contábeis

As informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas foram aprovadas e autorizadas para publicação pelo Conselho de Administração e ratificadas pelo Conselho Fiscal da Companhia em 08 de novembro de 2022.

2.6. Principais práticas contábeis

Na aplicação das principais práticas contábeis do Grupo, a Administração deve fazer julgamentos e elaborar estimativas a respeito dos valores contábeis dos ativos e passivos, os quais não são facilmente obtidos de outras fontes. As estimativas e as respectivas premissas são continuamente avaliadas e estão baseadas na experiência histórica e em outros fatores considerados relevantes. Os resultados efetivos podem diferir dessas estimativas.

As principais premissas e estimativas para o período findo em 30 de setembro de 2022 estão consistentes com aquelas divulgadas nas demonstrações contábeis do exercício findo em 31 de dezembro de 2021.

3. Caixa e equivalentes de caixa

	Controladora		Consolidado	
	30/09/2022	31/12/2021	30/09/2022	31/12/2021
Caixa e bancos	1.640	3.370	9.701	6.071
Aplicações financeiras (i)	-	-	62.759	212.793
	<u>1.640</u>	<u>3.370</u>	<u>72.460</u>	<u>218.864</u>

- (i) Em 30 de setembro de 2022, aplicações financeiras automáticas e em CDBs (Certificados de Depósito Bancário) possuem liquidez imediata. As aplicações automáticas foram remuneradas pela taxa de 5,27% a.a. (0,16% a.a. em 31 de dezembro de 2021), já as aplicações em CDB foram remuneradas pela taxa média de 103,76% do CDI.

4. Contas a receber

	Controladora		Consolidado	
	30/09/2022	31/12/2021	30/09/2022	31/12/2021
Mercado interno	72.393	69.242	94.391	74.061
Mercado externo (i) e (ii)	-	-	156.667	80.347
	<u>72.393</u>	<u>69.242</u>	<u>251.058</u>	<u>154.408</u>
Perdas esperadas com créditos de liquidação duvidosa	(2.212)	(650)	(2.382)	(1.179)
	<u>70.181</u>	<u>68.592</u>	<u>248.676</u>	<u>153.229</u>

Notas explicativas da Administração às informações contábeis trimestrais - ITR
Período findo em 30 de setembro de 2022
(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra maneira)

- (i) Exportações da fibra de crisotila, amparada pela lei do estado de Goiás nº 20.514, de julho de 2019 e regulamentada pelo Decreto nº 9.518 de setembro de 2019.
- (ii) Possui a contratação de instrumento financeiro não derivativo (Trava de Câmbio), que tem como objetivo, garantir a liquidação financeira das contas a receber preservando a taxa de câmbio da data do embarque da mercadoria.

Composição do saldo de contas a receber por idade de vencimento:

	Controladora		Consolidado	
	30/09/2022	31/12/2021	30/09/2022	31/12/2021
A vencer:				
Até 1 ano	67.084	64.830	180.261	140.344
Valores vencidos:				
Até 90 dias	2.340	3.063	66.970	11.198
Entre 91 e 180 dias	678	322	1.102	1.305
Entre 181 e 360 dias	1.270	401	1.546	524
Acima de 360 dias	1.021	626	1.179	1.037
	72.393	69.242	251.058	154.408
 Perdas esperadas com créditos de liquidação duvidosa	 (2.212)	 (650)	 (2.382)	 (1.179)
	70.181	68.592	248.676	153.229

Movimentação das Perdas Esperadas com Créditos de Liquidação Duvidosa (PECLD) sobre as contas a receber:

	Controladora		Consolidado	
	30/09/2022	31/12/2021	30/09/2022	31/12/2021
Saldos iniciais	(650)	(4.486)	(1.179)	(9.423)
Adições	(2.075)	(1.613)	(2.904)	(2.430)
Reversões	513	1.083	1.630	1.984
Baixa definitiva (i)	-	4.366	71	8.690
Saldos finais	(2.212)	(650)	(2.382)	(1.179)

- (i) Baixas realizadas de clientes com valores acima de R\$ 15 mil, sem expectativa de recebimento.

Em 30 de setembro de 2022, R\$49.151 do contas a receber do mercado externo estava atrelado a operações financeiras de duplicatas descontadas do produto ACE (Adiantamento sobre Cambiais Entregues) junto ao Banco Safra e Banco Sofisa.

Notas explicativas da Administração às informações contábeis trimestrais - ITR
Período findo em 30 de setembro de 2022
(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra maneira)

5. Estoques

	Controladora		Consolidado	
	30/09/2022	31/12/2021	30/09/2022	31/12/2021
Produtos acabados	59.257	50.135	114.307	80.629
Produtos semiacabados	25.898	24.923	29.094	30.101
Mercadorias para revenda	1.059	1.297	4.484	3.674
Matérias-primas	29.125	30.411	63.441	51.325
Materiais auxiliares	16.752	14.902	39.301	32.251
(-) Perda para redução ao valor realizável líquido	(5.156)	(5.556)	(11.722)	(12.712)
Mais-Valia - Confibra	-	-	1.581	-
	126.935	116.112	240.486	185.268

A movimentação da perda para redução ao valor realizável líquido dos estoques está assim representada:

	Controladora		Consolidado	
	30/09/2022	31/12/2021	30/09/2022	31/12/2021
Saldos iniciais	(5.556)	(6.753)	(12.712)	(19.719)
Adições	(1.001)	(3.504)	(2.069)	(5.644)
Reversões	1.401	4.701	3.059	12.651
Saldos finais	(5.156)	(5.556)	(11.722)	(12.712)

6. Tributos a recuperar

	Controladora		Consolidado	
	30/09/2022	31/12/2021	30/09/2022	31/12/2021
Imposto sobre circulação de mercadorias e serviços - ICMS	3.107	1.680	36.851	25.560
Imposto de renda retido na fonte - IRRF	10	124	2.251	2.947
Imposto de renda pessoa jurídica - IRPJ (ii)	10.825	6.456	21.826	11.396
Contribuição social sobre o lucro líquido - CSLL	2.888	1.352	5.726	2.797
Tributos sobre importações	111	-	1.140	-
Programa de integração social - PIS (i)	-	7.691	10.201	13.448
Contribuição para o financiamento da seguridade social - COFINS (i)	-	35.422	43.991	55.999
Imposto sobre produtos industrializados - IPI	-	-	3.405	3.031
Outros	3.640	10.195	4.044	21.843
	20.581	62.920	129.435	137.021
Circulante	17.889	61.139	88.882	126.392
Não circulante	2.692	1.781	40.553	10.629

- (i) Por meio de um mandado de segurança, o Grupo obteve trânsito em julgado favorável, que permitiu a exclusão do ICMS sobre a base de cálculo do PIS e da COFINS. Tal decisão consentiu o direito ao Grupo de reconhecer em 2020 o valor de R\$ 58.432 dos referidos tributos em outras receitas operacionais através do Despacho Decisório no 721/2020 emitido pela Receita Federal do Brasil em 16 de julho de 2020. O pedido de habilitação foi homologado pela RFB, dessa forma, os valores estão sendo compensados através de

Notas explicativas da Administração às informações contábeis trimestrais - ITR
Período findo em 30 de setembro de 2022
(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra maneira)

declaração de compensação. Montante utilizado até 30 de setembro de 2022 na controladora R\$ 50.912 e nas controladas R\$ 2.154. No consolidado foi utilizado o montante de R\$ 53.066.

- (ii) Em julgamento finalizado em 24 de setembro de 2021, o Supremo Tribunal Federal, em sede de repercussão geral, decidiu pela inconstitucionalidade da incidência do IRPJ e CSLL sobre os valores de juros de mora referentes à taxa SELIC recebidos em razão de repetição de indébito tributários. Apesar de o acórdão da decisão citada ainda estar pendente de publicação, bem como o processo específico da Companhia ainda pender de julgamento, com base na sua melhor estimativa até a presente data a Companhia reavaliou o julgamento sobre esta ação judicial, conforme requerido pelo ICPC22/IFRIC23 e registrou crédito no valor de R\$ 8 milhões. Após o trânsito em julgado da ação judicial da Companhia, os referidos montantes serão considerados nas apurações fiscais, observadas as normas da RFB.

7. Combinação de negócio

Confibra Indústria e Comércio Ltda (Confibra)

Aquisição

Em 29 de julho de 2022, conforme divulgado em Fato Relevante, foi concluída à aquisição de 100% (cem por cento) das quotas das ações representativas do capital social da Confibra Indústria e Comércio Ltda. ("Confibra"), empresa com atuação no mercado de telhas de fibrocimento desde 1973.

O objetivo da aquisição está em linha com a estratégia da Companhia de crescimento e consolidação setorial, o que representará um adicional de cerca de 20% na capacidade de produção de telhas de fibrocimento da Eternit. Além do aumento da capacidade produtiva, à aquisição, proporcionará ganhos de sinergia, aumento da escala de produção da Companhia e ocupação da unidade da Eternit da Amazônia, que passará a fornecer fibra de polipropileno para a Confibra.

O preço de aquisição da totalidade das quotas da Confibra e do terreno onde a unidade está instalada é de R\$ 110.000 (cento e dez milhões de reais), pagos pela Companhia em uma única parcela à vista em 29 de julho de 2022.

O pagamento de um preço adicional ("earn out") de até R\$ 10.000 (valor justo em 29 de julho de 2022 - R\$ 9.068) está vinculado ao atingimento de determinadas metas financeiras e operacionais, tendo o seu montante corrigido pela variação do IPCA/IBGE até a data do seu vencimento, previsto para abril de 2023.

Com base na revisão prévia realizada pela Companhia a estimativa é de cumprimento das metas, portanto a parcela adicional *earn out* foi acrescida ao preço de compra no momento inicial. Dessa forma, o preço total de compra é de R\$ 119.068 (cento e dezenove milhões e sessenta e oito mil reais).

Notas explicativas da Administração às informações contábeis trimestrais - ITR
Período findo em 30 de setembro de 2022
(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra maneira)

	Valor
Preço de aquisição	110.000
Valor justo da parcela contingente (<i>earn out</i>)	9.068
(-) parcela paga à vista	(110.000)
Saldo a pagar em abril de 2023	9.068
Circulante	9.068
Não circulante	-

Valor justo dos ativos e passivos identificados

Foi elaborado estudo preparado por especialista independente de acordo com o requerido no CPC 15 / IFRS 3 - Combinação de Negócios para a avaliação do valor justo dos ativos adquiridos e passivos assumidos e segregação do ágio, utilizando as demonstrações contábeis da época da aquisição para a alocação do preço de compra, o qual demonstramos abaixo:

Ativos	Valor
Caixa e equivalentes de caixa	381
Contas a receber de clientes	25.184
Imposto a recuperar	2.424
Estoque	34.779
Despesas antecipadas	42
Depósitos compulsórios/judiciais	778
IR/CS diferidos	51
Imobilizado	50.026
Ativos Intangíveis - Softwares	43
Ativos Intangíveis oriundos de alocação (PPA)	29.034
Total dos ativos adquiridos	142.742
Passivos	
Fornecedores	5.247

Notas explicativas da Administração às informações contábeis trimestrais - ITR
Período findo em 30 de setembro de 2022
(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra maneira)

Obrigações fiscais	1.948
Obrigações sociais	581
Adiantamentos de clientes	2.501
Provisões	19.191
Contingências	569
IR/CS Diferido	23.556
Outros passivos	765
Total dos passivos assumidos	54.358
Total dos ativos líquidos (valor justo)	88.384
Ágio gerado na transação (com efeito IR/CS diferidos)	30.684
Total da contraprestação	119.068

Para fins de consolidação e aplicando a norma de combinação de negócios (IFRS 3/CPC 15), as alocações da contraprestação paga em ativos intangíveis, tangíveis e o ágio (goodwill) devem ser alocados. O ágio gerado considera os benefícios das sinergias esperadas, crescimento das receitas, aumento da quantidade de instalações e mão de obra especializada. Esses benefícios não são reconhecidos separadamente do ágio porque não atendem aos critérios de reconhecimento de ativos intangíveis identificáveis de acordo com o CPC 04 (R1) - Intangíveis. Referido ágio tem vida útil indefinida e é testado anualmente para identificar eventual necessidade de redução ao seu valor recuperável, que, caso ocorram, são mensuradas comparando o saldo contábil com seu valor recuperável e reconhecidas diretamente no resultado do exercício.

O investimento nas demonstrações contábeis da controladora em 30 de setembro de 2022 está composto da seguinte forma:

	30/09/2022
Investimento	42.657
Ágio (com efeito IR/CS diferidos)	30.684
Mais valia	69.283
Total	142.624

Dessa forma, as alocações da contraprestação paga ocorreram da seguinte forma:

Notas explicativas da Administração às informações contábeis trimestrais - ITR
Período findo em 30 de setembro de 2022
(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra maneira)

	Valor alocado	Vida útil
Mais-valia de ativo imobilizado	38.668	36 anos para edificações
Mais valia de estoques	1.581	1 mês e 26 dias
Mais valia de Clientes/Contrato	29.034	5 anos e 5 meses
Ágio (com efeito IR/CS diferidos)	30.684	Indefinida
Total	<u>99.967</u>	

O valor justo das contas a receber de clientes é de R\$ 25.184. Não houve perda por redução ao valor recuperável de nenhuma conta a receber de clientes devido a Confibra possuir uma clientela variável e pulverizada, assim, espera-se que o valor contratual possa ser recebido integralmente.

Desde a data de sua aquisição até 30 de setembro de 2022, a Confibra contribuiu para a Companhia, com uma receita líquida de R\$ 19.456 e prejuízo líquido de R\$ 354. Caso sua aquisição tivesse ocorrido no início do exercício de 2022, a Companhia teria uma receita líquida de R\$114.731 e prejuízo líquido de R\$368.

Os custos relacionados à aquisição de R\$781 foram reconhecidos na demonstração do resultado como despesas administrativas e gerais.

	Valor
<u>Análise do fluxo de caixa da aquisição</u>	
Valor da contraprestação de compra (a)	119.068
(-) Custos da transação da aquisição (b)	(781)
(-) Caixa adquirido da controlada (c)	(381)
Fluxo de saída de caixa, líquido (d)	<u>117.906</u>

- a) Incluído nas atividades de investimento da controladora;
- b) Incluído nas atividades operacionais do consolidado;
- c) Representa o valor presente da contraprestação na data da aquisição;
- d) Incluído nas atividades de investimento do consolidado;

Garantia pagamento do ajuste de preço

No contrato de compra e venda foi definido que a Companhia tem direito de reter o valor de R\$ 5.000 (cinco milhões de reais) da parcela à vista do pagamento relativo à aquisição da Confibra. O valor retido refere-se à garantia para cumprimento das obrigações de pagamento de ajuste de preço e foi depositado pela Companhia em uma Conta Escrow. O recurso permanecerá depositado e apenas será liberado com a determinação final do Ajuste de Preço aplicável a operação.

Notas explicativas da Administração às informações contábeis trimestrais - ITR
Período findo em 30 de setembro de 2022
(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra maneira)

Garantia para demandas judiciais

No contrato de compra e venda foi definido que a Companhia tem direito de reter o valor de R\$ 6.500 (seis milhões e quinhentos mil reais) da parcela à vista do pagamento relativo à aquisição da Confibra. O valor retido refere-se à garantia para cumprimento das obrigações de indenizações assumidas pelos Vendedores. O recurso foi depositado em uma Conta Escrow e será liberado da seguinte forma:

- (i) No segundo aniversário da data de fechamento, serão liberados 20% do montante correspondente da diferença entre (a) saldo disponível e (b) valor em Escrow retido;
- (ii) No terceiro aniversário da data de fechamento, serão liberados 20% do montante correspondente da diferença entre (a) saldo disponível e (b) valor em Escrow retido;
- (iii) No quarto aniversário da data de fechamento, serão liberados 20% do montante correspondente da diferença entre (a) saldo disponível e (b) valor em Escrow retido;
- (iv) No quinto aniversário da data de fechamento, serão liberados 20% do montante correspondente da diferença entre (a) saldo disponível e (b) valor em Escrow retido; e
- (v) No sexto aniversário da data de fechamento, serão liberados 100% do montante correspondente da diferença entre (a) saldo disponível e (b) valor em Escrow retido;

Unidade geradora de caixa

O ágio e alocações estão associados a unidade geradora de caixa da empresa adquirida, que faz parte do segmento de Fibrocimento da Companhia.

Notas explicativas da Administração às informações contábeis trimestrais - ITR
Período findo em 30 de setembro de 2022
(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra maneira)

8. Investimentos e provisão para perda em investimentos

	Controladora	
	30/09/2022	31/12/2021
Saldo inicial	205.399	192.425
Adições (reduções) aos investimentos	142.624	
Resultado da equivalência patrimonial	88.060	118.348
Equivalência patrimonial dos resultados abrangentes	-	14.914
Dividendos declarados	-	(127.321)
Transferência para provisão para perdas em investimentos	8.315	7.033
Saldo final	444.398	205.399

Notas explicativas da Administração às informações contábeis trimestrais - ITR
Período findo em 30 de setembro de 2022
(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra maneira)

30/09/2022 Controlada	Ativo	Passivo	Patrimônio líquido	Resultado do período	Partic. %	Realiz. do lucro nos estoques	Resultado da equival. patrim.	Lucro não realizado nos estoques	Saldo de investimento	Ágio/Mais valia	Total em provisão para perdas em investimento	Total em investimento
Sama S.A. - Minerações Associadas	359.412	238.800	120.612	47.583	99,99	-	47.583	-	120.612	-	-	120.612
Prel Empreendimentos e Participações Ltda.	59.504	22.307	37.197	5.107	99,70	-	5.092	-	37.086	-	-	37.086
Precon Goiás Industrial Ltda.	47.522	5.754	41.768	16.385	99,99	-	16.384	-	41.765	-	-	41.765
Companhia Sulamericana de Cerâmica S.A.	45.984	41.603	4.381	(615)	73,90	-	(454)	-	3.237	3.297	-	6.534
Eternit da Amazônia Indústria de Fibrocimento Ltda.	205.313	106.678	98.635	28.219	100	(92)	28.125	(2.494)	96.131	-	-	96.131
Confibra Indústria e Comércio Ltda	81.513	39.210	42.303	(355)	99,99	-	(355)	-	42.303	99.967	-	142.270
Tégula Soluções Para Telhados Ltda.	53.568	72.168	(18.599)	(8.316)	-	-	(8.315)	-	(18.597)	-	(18.597)	-
Total	852.816	526.520	326.297	88.008		(92)	88.060	(2.494)	322.537	103.264	(18.597)	444.398

Investimentos nas controladas:

31/12/2021 Controladas	Ativo	Passivo	Patrimônio líquido	Resultado do exercício	Partic. %	Realiz. do lucro nos estoques	Resultado da equival. patrim.	Lucro não realizado nos estoques	Saldo de investimento	Mais valia	Total em provisão para perdas em investimento	Total em investimento
Sama S.A. - Minerações Associadas	262.186	189.157	73.028	84.867	99,99	-	84.867	-	73.028	-	-	73.028
Prel Empreendimentos e Participações Ltda.	52.469	20.379	32.090	2.958	99,70	-	2.949	-	31.994	-	-	31.994
Precon Goiás Industrial Ltda.	43.122	17.740	25.383	(6.498)	99,99	-	(6.498)	-	25.382	-	-	25.382
Companhia Sulamericana de Cerâmica S.A.	38.348	33.352	4.996	(3.163)	73,90	-	(2.338)	-	3.692	3.297	-	6.989
Eternit da Amazônia Indústria de Fibrocimento Ltda.	179.890	109.474	70.416	48.148	99,99	(1.742)	46.401	(2.403)	68.006	-	-	68.006
Tégula Soluções Para Telhados Ltda.	39.727	50.010	(10.283)	(7.034)	-	-	(7.033)	-	(10.282)	-	10.282	-
Total	615.742	420.112	195.630	119.278		(1.742)	118.348	(2.403)	191.820	3.297	10.282	205.399

Notas explicativas da Administração às informações contábeis trimestrais - ITR
 Período findo em 30 de setembro de 2022
 (Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra maneira)

9. Partes relacionadas

Saldos e transações da controladora com partes relacionadas:

	Controladora			
	30/09/2022		31/12/2021	
	Ativo	Passivo	Ativo	Passivo
Controlada				
Atena Consultoria e Participações Ltda.	-	(20.568)	-	(20.568)
Córdoba Consultoria e Participações Ltda.	32.328	(1)	181.370	-
Eternit da Amazônia Indústria de Fibrocimento Ltda.	31.889	(20.040)	40.982	(31.786)
Precon Goiás Industrial Ltda.	-	(26.361)	-	(24.363)
Prel Empreendimentos e Participações Ltda.	2.948	(17.032)	2.948	(17.032)
Sama S.A.	75.144	(81)	86.710	(13.080)
Companhia Sulamericana de Cerâmica S.A	2.613	(8)	24	(2)
Confibra Industria e Comércio Ltda.	780	-		
Tégula Soluções para Telhados Ltda.	5.597	(32)	6.413	(73)
Total controladas	151.299	(84.123)	318.447	(106.904)
 Circulante	 149.242	 (58.107)	 316.442	 (69.703)
Não circulante	2.057	(26.016)	2.005	(37.201)

Notas explicativas da Administração às informações contábeis trimestrais - ITR

Período findo em 30 de setembro de 2022

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra maneira)

	Clientes (i)		Notas de débito (ii)		Conta Corrente (iv)		Cessão de crédito (v)		Dividendos (vii)		Total	
	30/09/22	31/12/21	30/09/22	31/12/21	30/09/22	31/12/21	30/09/22	31/12/21	30/09/22	31/12/21	30/09/22	31/12/21
No ativo												
Controladas												
Cordoba Consultoria e Participações Ltda.	-	-	-	-	32.328	181.370	-	-	-	-	32.328	181.370
Eternit da Amazônia Indústria de Fibrocimento Ltda.	-	-	1.300	1.476	-	-	-	-	30.589	39.506	31.889	40.982
Prel Empreendimentos e Participações Ltda.	-	-	-	-	-	-	-	-	2.948	2.948	2.948	2.948
Companhia Sulamericana de Cerâmica S.A.	2.471	-	142	24	-	-	-	-	-	-	2.613	24
Sama S.A.	-	-	3.522	1.842	-	-	-	-	71.622	84.868	75.144	86.710
Confibra Industria e Comércio Ltda.	780	-	-	-	-	-	-	-	-	-	780	-
Tégula Soluções para Telhados Ltda.	93	16	3.524	4.417	-	-	1.980	1.980	-	-	5.597	6.413
Total controladas	3.344	16	8.488	7.759	32.328	181.370	1.980	1.980	105.159	127.322	151.299	318.447

	Fornecedores (i)		Nota débito (ii)		Mútuo (iii)		Cessão de Crédito (v)		Conta Corrente (iv)		Adiantamento Clientes (vi)		Total	
	30/09/22	31/12/21	30/09/22	31/12/21	30/09/22	31/12/21	30/09/22	31/12/21	30/09/22	31/12/21	30/09/22	31/12/21	30/09/22	31/12/21
No passivo														
Controladas														
Atena Consultoria e Participações Ltda.	-	-	-	-	-	-	-	-	(20.568)	(20.568)	-	-	(20.568)	(20.568)
Eternit da Amazônia Indústria de Fibrocimento Ltda.	(18.269)	(31.772)	-	1.757	-	-	-	-	-	-	(1.771)	(1.771)	(20.040)	(31.786)
Precon Goiás Industrial Ltda.	-	-	(345)	(119)	(26.016)	(24.244)	-	-	-	-	-	-	(26.361)	(24.363)
Cordoba Consultoria e Participações Ltda.	-	-	(1)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(1)	-
Prel Empreendimentos e Participações Ltda.	-	-	(47)	(47)	-	-	(503)	(503)	(16.482)	(16.482)	-	-	(17.032)	(17.032)
Companhia Sulamericana de Cerâmica	-	(1)	(8)	(1)	-	-	-	-	-	-	-	-	(8)	(2)
Sama S.A.	-	-	(81)	(92)	-	(12.988)	-	-	-	-	-	-	(81)	(13.080)
Tégula Soluções para Telhados Ltda.	-	(28)	(32)	(45)	-	-	-	-	-	-	-	-	(32)	(73)
Total	(18.269)	(31.801)	(514)	1.453	(26.016)	(37.232)	(503)	(503)	(37.050)	(37.050)	(1.771)	(1.771)	(84.123)	(106.904)

(i) Fornecimento de matéria-prima (fibra sintética) e/ ou produtos acabados e prestação de serviços, eliminados nas informações contábeis consolidadas do Grupo;

(ii) Reembolsos de despesas corporativas sem vencimento predeterminado e sem incidência de juros;

(iii) Contratos de mútuo sobre os quais incidem Imposto sobre Operações Financeiras - IOF, IRRF e variação de 100% a.a. do CDI, com prazo de amortização de 24 meses a partir da data do aditamento, renováveis por mais 24 meses;

(iv) Valores transferidos às controladas Atena e Córdoba responsáveis pela administração e pagamento de fornecedores do Grupo;

(v) Cessão de crédito celebrada em dezembro/2018, sem vencimento predeterminado e sem incidência de juros;

(vi) Compra antecipada de insumo para a produção de polipropileno;

(vii) Distribuição de dividendos relativo ao lucro líquido auferido nas controladas no exercício.

As transações entre partes relacionadas são efetuadas em condições estabelecidas entre as partes. A seguir estão demonstradas essas transações até 30 de setembro de 2022.

	Vendas		Compras		Despesas administrativas		Juros sobre mútuo despesa		Juros sobre mútuo receita	
	30/09/22	30/09/21	30/09/22	30/09/21	30/09/22	30/09/21	30/09/22	30/09/21	30/09/22	30/09/21
No resultado										
Controlada										
Córdoba Consultoria e Participações Ltda.	-	-	-	-	(1)	(101)	-	-	-	-
Eternit da Amazônia Indústria de Fibrocimento Ltda.	-	-	(122.566)	(113.216)	-	-	-	-	-	-
Precon Goiás Industrial Ltda.	-	-	-	-	-	-	(2.121)	(730)	-	-
Sama S.A.	-	-	-	-	-	-	(303)	(551)	-	-
Companhia Sulamericana de Cerâmica.	5.410	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Confibra Industria e Comércio Ltda.	1.912	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Tégula Soluções para Telhados Ltda.	188	25	(60)	(10)	-	-	-	-	-	26
Total	7.510	25	(122.626)	(113.226)	(1)	(101)	(2.424)	(1.281)	-	26

Notas explicativas da Administração às informações contábeis trimestrais - ITR
Período findo em 30 de setembro de 2022
(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra maneira)

Remuneração do pessoal-chave da Administração

O Grupo reconheceu as despesas pagas com remuneração e benefícios de curto e longo prazo do Conselho de Administração, Conselho Fiscal e Diretoria, conforme demonstrado a seguir:

	Controladora		Consolidado	
	30/09/2022	30/09/2021	30/09/2022	30/09/2021
Salários, honorários e benefícios	3.756	2.958	4.741	3.602
Bônus (inclusive encargos)	5.950	1.733	5.950	1.908
Benefício pós-emprego	309	233	309	233
	10.015	4.924	11.000	5.743

A remuneração da Administração e Conselho Fiscal é estabelecida em Assembleia Geral Ordinária (AGO) de acordo com a legislação societária e Estatuto Social da Companhia.

Deste modo, o montante global da remuneração anual da Administração e do Conselho Fiscal foi apresentado e aprovado na AGO realizada em 29 de março de 2022, o qual foi fixado em até R\$ 13.973, sendo R\$ 10.232 para a Diretoria Estatutária, R\$ 3.394 para o Conselho de Administração e R\$ 347 para o Conselho Fiscal para o exercício de 2022 (R\$ 13.316 para o exercício de 2021, retificado em AGE realizada em 29 de março de 2022).

No período findo em 30 de setembro de 2022, a posição acionária da Administração e Conselho Fiscal foi de 877.156 ações - ETER3 (849.956 ações - ETER3 no exercício findo em 31 de dezembro de 2021), conforme demonstrado a seguir:

Demonstração das ações da Administração e Conselho Fiscal:

	30/09/2022	31/12/2021
Conselho de Administração	423.855	474.155
Diretoria	301.800	175.900
Conselho Fiscal	221.701	199.901
	947.356	849.956

10. Ativos mantidos para venda

	Controladora		Consolidado	
	30/09/2022	31/12/2021	30/09/2022	31/12/2021
Precon - Unidade Anápolis	-	-	-	2.303
Tégula - Unidade Anápolis (i)	-	-	1.023	1.023
Tégula - Unidade Frederico Westphalen	-	-	-	1.519
	-	-	1.023	4.845

(i) Tégula - Unidade Anápolis: o leilão restou infrutífero. A empresa irá providenciar um novo edital para uma nova rodada de leilão.

Os ativos descritos nesta nota explicativa encontram-se disponíveis para venda. O objetivo desta desmobilização de ativos não operacionais é a realização de caixa para a Eternit. A venda dos ativos ocorrerá conforme as condições incluídas no Plano de Recuperação Judicial, homologado em junho de 2019.

O valor justo por meio do resultado, menos as despesas de venda do negócio, são superiores aos valores contábeis dos ativos relacionados. Não existem passivos associados aos ativos mantidos para venda.

Notas explicativas da Administração às informações contábeis trimestrais - ITR
Período findo em 30 de setembro de 2022
(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra maneira)

11. Imobilizado

	Controladora						
	Terrenos	Edifícios e benfeitorias	Máquinas e equipamentos, ferramentas e instalações	Veículos	Equipamentos de informática, móveis e utensílios	Imobilizações em andamento	Total
Custo							
Saldos em 31 de dezembro de 2020	3.178	36.512	265.360	1.704	11.464	1.568	319.786
Adições	-	-	-	-	-	43.662	43.662
Baixas	-	-	(27)	-	(45)	-	(72)
Transferências	581	313	13.280	-	676	(14.850)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2021	3.759	36.825	278.613	1.704	12.095	30.380	363.376
Saldos em 1º de janeiro de 2022	3.759	36.825	278.613	1.704	12.095	30.380	363.376
Adições	-	-	-	-	-	34.042	34.042
Baixas	-	-	(87.695)	(807)	(2.847)	-	(91.349)
Transferências	-	570	3.966	(13)	1.672	(6.166)	29
Saldos em 30 de setembro de 2022	3.759	37.395	194.884	884	10.920	58.256	306.098
Taxas médias de depreciação		4	11,20	20	15	-	-
Depreciação acumulada							
Saldos em 31 de dezembro de 2020	-	(24.831)	(167.164)	(1.113)	(10.208)	-	(203.316)
Adições	-	(825)	(8.924)	(132)	(418)	-	(10.299)
Baixas	-	-	27	-	44	-	71
Saldos em 31 de dezembro de 2021	-	(25.656)	(176.061)	(1.245)	(10.582)	-	(213.544)
Saldos em 1º de janeiro de 2022	-	(25.656)	(176.061)	(1.245)	(10.582)	-	(213.544)
Adições	-	(643)	(8.567)	(100)	(399)	-	(9.709)
Baixas	-	-	85.537	807	2.758	-	89.102
Transferências	-	-	917	16	(961)	-	(28)
Saldos em 30 de setembro de 2022	-	(26.299)	(98.174)	(522)	(9.184)	-	(134.179)
Perda por redução do valor recuperável							
Perda de ativos por substituição de matéria-prima							
Saldos em 31 de dezembro de 2020	-	(612)	(4.907)	-	-	-	(5.519)
Saldos em 31 de dezembro de 2021	-	(612)	(4.907)	-	-	-	(5.519)
Saldos em 30 de setembro de 2022	-	(612)	(4.907)	-	-	-	(5.519)
Valor residual							
Em 31 de dezembro de 2020	3.178	11.069	93.289	591	1.256	1.568	110.951
Em 31 de dezembro de 2021	3.759	10.557	97.645	459	1.513	30.380	144.313
Em 30 de setembro de 2022	3.759	10.484	91.803	362	1.736	58.256	166.400

Os bens do ativo imobilizado dados em garantia estão divulgados conforme a nota explicativa nº 29.

Notas explicativas da Administração às informações contábeis trimestrais - ITR
Período findo em 30 de setembro de 2022
(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra maneira)

	Consolidado								Total
	Terrenos	Edifícios e benfeitorias	Máquinas e equipamentos, ferramentas e instalações	Veículos	Equipamentos de informática, móveis e utensílios	Desmobilização e contenção da Mina	Imobilizações em andamento	Mais-valia do imobilizado	
Custo									
Saldos em 31 de dezembro de 2020	5.862	66.303	617.039	23.323	23.512	24.276	5.127	5.515	770.957
Adições	-	-	-	-	-	-	55.694	-	55.694
Baixas	(1.167)	(49.613)	(102.648)	(757)	(4.379)	-	(17)	-	(158.581)
Transferências	581	312	14.439	-	968	-	(16.300)	-	-
Ativo disponível para venda	798	48.050	98.457	57	4.316	-	17	-	151.695
Saldos em 31 de dezembro de 2021	6.074	65.052	627.287	22.623	24.417	24.276	44.521	5.515	819.765
Saldos em 1º de janeiro de 2022	6.074	65.052	627.287	22.623	24.417	24.276	44.521	5.515	819.765
Saldo de aquisição Confibra	-	571	25.977	1.603	2.075	-	-	38.668	68.894
Adições	-	-	255	38	1	-	75.932	-	76.226
Baixas	-	-	(87.698)	(807)	(2.847)	-	-	-	(91.352)
Transferências	-	628	5.585	(13)	1.933	-	(8.102)	-	31
Saldos em 30 de setembro de 2022	6.074	66.251	571.406	23.444	25.579	24.276	112.351	44.183	873.564
Taxas médias de depreciação		4%	15,50%	23,40%	15%	4,10%			
Depreciação acumulada									
Saldos em 31 de dezembro de 2020	-	(44.465)	(433.828)	(22.628)	(21.290)	(12.441)	-	-	(534.652)
Adições	-	(1.453)	(13.537)	(177)	(787)	(1.132)	-	-	(17.086)
Baixas	-	8.203	37.506	773	3.456	-	-	-	49.938
Ativo disponível para venda	-	(6.658)	(35.489)	(37)	(3.396)	-	-	-	(45.580)
Saldos em 31 de dezembro de 2021	-	(44.373)	(445.348)	(22.069)	(22.017)	(13.573)	-	-	(547.380)
Saldos em 1º de janeiro de 2022	-	(44.373)	(445.348)	(22.069)	(22.017)	(13.573)	-	-	(547.380)
Saldo de aquisição Confibra	-	(227)	(20.145)	(1.403)	(991)	-	-	-	(22.766)
Adições	-	(1.128)	(12.202)	(121)	(677)	(849)	-	-	(14.977)
Baixas	-	-	85.534	807	2.756	-	-	-	89.097
Transferências	-	-	917	16	(961)	-	-	-	(28)
Saldos em 30 de setembro de 2022	-	(45.728)	(391.244)	(22.770)	(21.890)	(14.422)	-	-	(496.054)
Perda por redução do valor Recuperável									
Perda de ativos por obsolescência	-	(630)	(6.959)	-	(2)	-	-	-	(7.591)
Saldos em 31 de dezembro de 2020	-	(612)	(4.907)	-	-	-	-	-	(5.519)
Saldos em 31 de dezembro de 2021	-	(612)	(4.907)	-	-	-	-	-	(5.519)
Saldos em 1º de janeiro de 2022	-	(612)	(4.907)	-	-	-	-	-	(5.519)
Reversão	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Saldos em 30 de setembro de 2022	-	(612)	(4.907)	-	-	-	-	-	(5.519)
Perda por redução ao valor recuperável - teste de "impairment"									
Saldos em 1º de janeiro de 2021	(1.530)	(5.576)	(9.154)	(3)	(894)	(11.833)	6	-	(28.984)
Adição	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Reversão	-	331	945	11	342	1.132	-	-	2.761
Saldos em 31 de dezembro de 2021	(1.530)	(5.245)	(8.209)	8	(552)	(10.701)	6	-	(26.223)
Saldos em 1º de janeiro de 2022	(1.530)	(5.245)	(8.209)	8	(552)	(10.701)	6	-	(26.223)
Reversão	-	250	498	8	234	849	-	-	1.839
Saldos em 30 de setembro de 2022	(1.530)	(4.995)	(7.711)	16	(318)	(9.852)	6	-	(24.384)
Valor residual									
Em 31 de Dezembro de 2020	4.332	15.632	167.098	692	1.326	2	5.133	5.515	199.730
Em 31 de Dezembro de 2021	4.544	14.822	168.823	562	1.848	2	44.527	5.515	240.643
Em 30 de setembro de 2022	4.544	14.916	167.544	690	3.371	2	112.357	44.183	347.607

Notas explicativas da Administração às informações contábeis trimestrais - ITR
Período findo em 30 de setembro de 2022
(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra maneira)

Perda por redução ao valor recuperável - teste de *impairment*

A Companhia atualmente possui três Unidades Geradoras de Caixa (“UGC”) em operação: (i) fibrocimento (Eternit S/A, Eternit Amazônia e Confibra desde agosto de 2022), que contemplam os ativos para produção de fibra sintética de polipropileno com unidade localizada em Manaus e os ativos para a produção de telhas de fibrocimento, com fábricas no Paraná, Rio de Janeiro, Goiás e Bahia; Hortolândia-SP; (ii) telhas de concreto (Tégula), com uma unidade localizada na cidade de Atibaia-SP e (iii) uma mineradora (Sama), que destina a totalidade da operação para fins exclusivos de exportação amparada na Lei do Estado de Goiás nº 20.514, regulamentada pelo Decreto nº 9.518.

A última revisão realizada do valor recuperável de seus ativos relevantes ocorreu em 31 de dezembro de 2021. A revisão foi preparada por uma empresa especializada e independente e efetuada com base no cálculo do valor em uso e no valor líquido de venda dos ativos. A conclusão dos testes de recuperabilidade destes ativos da Companhia e de suas controladas não resultou na necessidade de reconhecimento de perda no período.

As metodologias utilizadas para o teste de recuperabilidade dos ativos do Grupo, foram: (i) fluxo de caixa descontado para a UGC de Fibrocimento, contemplando a produção de fibra sintética de polipropileno (Eternit da Amazônia) e a produção de telhas de fibrocimento e; (ii) valor líquido de venda dos ativos para a UGC de Telhas de Concreto (Tégula).

O efeito da reversão referente à depreciação e amortização no período findo em 30 de setembro de 2022, sobre o saldo de perdas por redução ao valor recuperável foi de R\$ 1.915 no consolidado.

UGC de Fibrocimento (Eternit S/A e Eternit Amazônia)

As unidades industriais da Eternit S/A, juntamente com a unidade que produz a fibra sintética de polipropileno, localizada em Manaus, são consideradas como uma única UGC para fins de teste de recuperabilidade de ativos desde o exercício findo em 31 de dezembro de 2018.

A Companhia fez a revisão do valor recuperável da UGC no exercício findo em 31 de dezembro de 2021, utilizando as principais premissas para o cálculo do valor em uso mencionadas a seguir:

- **Período de avaliação:** dez anos;
 - **Taxa de crescimento:** receitas, custos e despesas com base no orçamento 2022 aprovado pelo Conselho de Administração e, a partir do segundo ano, premissas macroeconômicas, tais como PIB e inflação projetada e a taxa efetiva de imposto de renda e contribuição social, considerando a compensação de prejuízos fiscais e base negativa, quando aplicável;
 - **Taxa de desconto:** custo ponderado de capital do Grupo (WACC) de 14,6% a.a.
-

Notas explicativas da Administração às informações contábeis trimestrais - ITR
Período findo em 30 de setembro de 2022
(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra maneira)

O valor operacional da UGC foi superior ao valor contábil dos ativos em 31 de dezembro de 2021, não possuindo indicativo de *impairment* pelo valor em uso.

UGC Telhas de Concreto (Tégula)

Para realizar o teste de recuperabilidade dos principais ativos do imobilizado da Companhia, alocados nas classes de máquinas e equipamentos, edificações e benfeitorias, moldes, terrenos e demais ativos, a Companhia utilizou o modelo do valor justo líquido de despesa de venda.

O valor resultante da avaliação a valor justo da UGC no exercício findo de 31 de dezembro de 2021 foi de R\$ 53.522, sendo muito superior ao valor contábil de R\$ 24.647.

A mensuração considerou os seguintes métodos de avaliação:

- (i) **Edificações e benfeitorias:** custo de reprodução. Por apresentarem valores de realização por valor líquido de venda superior ao valor contábil, não apresentaram perda por redução no valor recuperável (*impairment*);
- (ii) **Terrenos:** método comparativo. Por apresentarem valores de realização por valor líquido de venda superior ao valor contábil não apresentaram perda por redução no valor recuperável (*impairment*);
- (iii) **Máquinas, equipamentos, moldes e demais ativos:** valor de mercado para os itens similares encontrados no mercado e custo de aquisição depreciado para os itens que não possuem similares no mercado. Por apresentarem valores de realização por valor líquido de venda superior ao valor contábil não apresentaram perda por redução no valor recuperável (*impairment*).

Deste modo, a Companhia não registrou provisão para perda por redução no valor recuperável dos ativos imobilizados e intangível, uma vez que o seu valor justo foi superior ao valor contábil.

UGC Mineração (Sama)

Nas demonstrações contábeis do exercício findo em 31 de dezembro de 2019, a Companhia registrou uma provisão para perda por recuperabilidade de seus ativos correspondente a R\$ 7.835, não havendo a necessidade de revisão da UGC no exercício findo em 31 de dezembro de 2021 decorrente, principalmente, às incertezas jurídicas que possam afetar a continuidade operativa da controlada.

Dessa forma, a Administração aguarda a decisão do STF quanto à Ação Direta de Inconstitucionalidade proposta pela ANPT (Associação Nacional dos Procuradores do Trabalho) contra a Lei do Estado de Goiás, de forma a revisar o teste de recuperabilidade de seus ativos (*impairment*).

Notas explicativas da Administração às informações contábeis trimestrais - ITR
Período findo em 30 de setembro de 2022
(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra maneira)

12. Intangível

	Controladora		
	Software	Software em andamento	Total
Custo			
Saldo em 1º de janeiro de 2021	16.823	-	16.823
Adições	-	-	-
Saldo em 31 de dezembro de 2021	16.823	-	16.823
Saldo em 1º de janeiro de 2022	16.823	-	16.823
Adições	(1.335)	21	(1.314)
Transferências	(7)	(21)	(28)
Saldo em 30 de setembro de 2022	15.481	-	15.481
Vida útil (em anos)	5		
Amortização:			
Saldo em 1º de janeiro de 2021	(15.716)	-	(15.716)
Adições	(555)	-	(555)
Saldo em 31 de dezembro de 2021	(16.271)	-	(16.271)
Saldo em 1º de janeiro de 2022	(16.271)	-	(16.271)
Adições	(236)	-	(236)
Baixas	1.332	-	1.332
Transferências	29	-	29
Saldo em 30 de setembro de 2022	(15.146)	-	(15.146)
Valor residual			
Saldo em 31 de dezembro de 2020	1.107	-	1.107
Saldo em 31 de dezembro de 2021	552	-	552
Saldo em 30 de setembro de 2022	335	-	335

Notas explicativas da Administração às informações contábeis trimestrais - ITR
Período findo em 30 de setembro de 2022
(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra maneira)

	Consolidado					
	Software	Ágio	Mais valia da carteira de cliente	Marcas e patentes	Software em andamento	Total
Custo						
Saldo em 1º de janeiro de 2021	26.578	16.538	-	957	-	44.073
Adições	-	-	-	-	49	49
Baixas	(2.857)	-	-	(17)	-	(2.874)
Transferências	49	-	-	-	(49)	-
Disponível p/ venda	2.914	-	-	17	-	2.931
Saldo em 31 de dezembro de 2021	26.684	16.538	-	957	-	44.179
Saldo em 1º de janeiro de 2022	26.684	16.538	-	957	-	44.179
Adições	-	-	-	-	40	40
Aquisição Confibra	229	30.684	29.034	-	-	59.947
Baixas	(1.450)	-	-	-	-	(1.450)
Transferências	12	-	-	-	(40)	(28)
Disponível p/ venda	-	-	-	-	-	-
Saldo em 30 de setembro de 2022	25.475	47.222	29.034	957	-	102.688
Vida útil (em anos)						
Amortização:						
Saldo em 1º de janeiro de 2021	(25.219)	-	-	-	-	(25.219)
Adições	(687)	-	-	-	-	(687)
Baixas	2.656	-	-	-	-	2.656
Disponível p/ venda	(2.714)	-	-	-	-	(2.714)
Saldo em 31 de dezembro de 2021	(25.964)	-	-	-	-	(25.964)
Saldo em 1º de janeiro de 2022	(25.964)	-	-	-	-	(25.964)
Adições	(300)	-	-	-	-	(300)
Aquisição Confibra	(186)	-	-	-	-	(186)
Baixas	1.449	-	-	-	-	1.449
Transferências	29	-	-	-	-	29
Disponível p/ venda	-	-	-	-	-	-
Saldo em 30 de setembro de 2022	(24.972)	-	-	-	-	(24.972)
Perda por redução do valor recuperável						
Saldo em 1º de janeiro de 2021	(198)	(16.558)	-	(956)	-	(17.712)
Reversões	101	-	-	-	-	101
Saldo em 31 de dezembro de 2021	(97)	(16.558)	-	(956)	-	(17.611)
Reversões	76	-	-	-	-	76
Saldo em 30 de setembro de 2022	(21)	(16.558)	-	(956)	-	(17.535)
Valor residual						
Saldo em 31 de dezembro de 2020	1.161	(20)	-	1	-	1.142
Saldo em 31 de dezembro de 2021	623	(20)	-	1	-	604
Saldo em 30 de setembro de 2022	482	30.664	29.034	1	-	60.181

13. Ativo de direito de uso e obrigações de arrendamento

O principal efeito decorre do reconhecimento do contrato de aluguel do terreno e galpão industrial onde se encontra instalada a fábrica de fibra de polipropileno em Manaus-AM, com prazo de vencimento em março de 2027.

Notas explicativas da Administração às informações contábeis trimestrais - ITR
Período findo em 30 de setembro de 2022
(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra maneira)

Para o cálculo do valor presente foi utilizada a taxa de desconto de 15% a.a., correspondente ao custo médio ponderado para o financiamento de ativos desta categoria, haja vista que o Grupo possui o direito de controlar o ativo por um longo período em troca de contraprestação.

Consolidado		
	Edifícios	Total
Ativo		
Saldo inicial em 1º de janeiro de 2021	9.149	9.149
Depreciação	(1.391)	(1.391)
Saldo em 31 de dezembro de 2021	7.758	7.758
Saldo inicial em 1º de janeiro de 2022	7.758	7.758
Adições	9.435	9.435
Depreciação	(955)	(955)
Saldo em 30 de setembro de 2022	16.238	16.238
Passivo		
Saldo inicial em 1º de janeiro de 2021	(9.176)	(9.176)
Pagamento	2.623	2.623
Correção	(1.233)	(1.233)
Saldo em 31 de dezembro de 2021	(7.786)	(7.786)
Saldo inicial em 1º de janeiro de 2022	(7.786)	(7.786)
Adições	(9.433)	(9.433)
Pagamento	2.450	2.450
Correção	(1.496)	(1.496)
Saldo em 30 de setembro de 2022	(16.265)	(16.265)
Circulante	(3.607)	(3.607)
Não Circulante	(12.658)	(12.658)
Resultado		
Depreciação	1.390	1.390
Juros	1.233	1.233
Total das despesas apropriadas no resultado de 31 de dezembro 2021	2.623	2.623
Saldo em 1º de janeiro de 2022	-	-
Depreciação	955	955
Juros	1.496	1.496
Total das despesas apropriadas no resultado de 30 de setembro 2022	2.451	2.451

14. Fornecedores

	Controladora		Consolidado	
	30/09/2022	31/12/2021	30/09/2022	31/12/2021
Mercado interno	23.314	30.419	52.052	41.018
Mercado externo	184	216	1.988	3.555
Mercado interno recuperação judicial (i)	2.688	2.461	4.804	5.435
Mercado externo recuperação judicial (i)	-	-	677	193
	26.186	33.096	59.521	50.201

- (i) Em 30 de setembro de 2022, o saldo a pagar de fornecedores que compõem os credores do Plano de Recuperação Judicial, conforme divulgado na nota explicativa 1.1, totalizavam R\$ 2.688 na controladora, sendo, R\$ 1.981 relativo a Classe III e R\$ 707 na Classe IV. No consolidado R\$ 5.481, sendo R\$ 4.458 na Classe III e R\$ 1.023 da Classe IV.

Notas explicativas da Administração às informações contábeis trimestrais - ITR
Período findo em 30 de setembro de 2022
(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra maneira)

15. Empréstimos e financiamentos

Composição dos empréstimos e financiamentos:

	Consolidado					
	30/09/2022			31/12/2021		
	Circulante	Não circulante	Total	Circulante	Não circulante	Total
Moeda nacional:						
Para aquisição de máquinas, equipamentos e serviços (i) e (ii)	3.910	30.525	34.435	3.911	33.485	37.396
Para capital de giro ACE (desconto de recebível) (iii)	49.429	-	49.429	-	-	-
Total moeda nacional	53.339	30.525	83.864	3.911	33.485	37.396

- (i) A dívida bruta no valor de R\$ 34.436 apresentado no consolidado refere-se ao Banco da Amazônia, que compõe o saldo da Classe II do Plano de Recuperação Judicial, com juros pré-fixado de 7% a.a. O saldo remanescente será quitado em 108 parcelas e será liquidado no ano de 2031;
- (ii) As taxas foram repactuadas no Plano de Recuperação Judicial;
- (iii) Operação financeira relativo ao desconto de duplicata do contas a receber do mercado externo através do produto (ACE - Adiantamento sobre Cambiais de Exportação) junto ao Banco Safra (R\$15.193 e taxa média de juros 4,9925 a.a.) e Banco Sofisa (R\$ 31.654 e taxa média de juros 6,1588 a.a.). Com uma variação cambial de R\$ 2.304 e juros e encargos de R\$ 278.

O Grupo não possui contratos de empréstimos sujeitos a cláusulas restritivas financeiras (“covenants”).

Movimentação dos empréstimos e financiamentos:

	Consolidado
Saldo Inicial em 31 de dezembro de 2021	37.396
Capitalização de Juros	61.661
Amortização (i)	(19.537)
Juros e Encargos	2.040
Variação Cambial ACE	2.304
Saldo Final em 30 de setembro de 2022	83.864

- (i) Contempla amortização do principal e juros.

Composição por vencimento:

	Consolidado
Vencimento	
2022	50.407
2023	3.910
2024	3.910

Notas explicativas da Administração às informações contábeis trimestrais - ITR
Período findo em 30 de setembro de 2022
(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra maneira)

2025	3.910
2026 até 2031	21.727
	83.864

16. Obrigações com pessoal

	Controladora		Consolidado	
	30/09/2022	31/12/2021	30/09/2022	31/12/2021
13º salário	4.900	-	7.872	-
Férias	8.744	8.381	13.909	11.611
Participação nos lucros e resultados	3.091	4.045	4.550	5.913
Bônus (ii)	6.533	8.541	6.533	8.541
Fundo de garantia por tempo de serviço - FGTS	363	376	482	548
Instituto nacional do seguro social - INSS (i)	6.597	7.539	8.699	9.652
Outros	130	26	485	272
	30.358	28.908	42.530	36.537
Circulante	23.924	22.692	35.658	29.530
Não circulante	6.434	6.216	6.872	7.007

- (i) Em 30 de setembro de 2022, saldo a pagar se refere a débitos junto ao INSS. Os débitos foram parcelados em até 84 parcelas pela Procuradoria Geral da Fazenda Nacional em conformidade com a Lei nº 11.101/2005, totalizando R\$ 4.748 na controladora, sendo R\$ 1.358 no passivo circulante e R\$ 3.390 no passivo não circulante. No consolidado R\$ 5.686, sendo R\$ 1.857 no passivo circulante e R\$ 3.828 no passivo não circulante com liquidação final prevista para 2025;
- (ii) Em 30 de setembro de 2022, o saldo a pagar de bônus contempla: R\$ 1.461 ao conselho de administração, R\$ 4.979 aos diretores estatutários e R\$ 93 em recuperação judicial.

17. Impostos, taxas e contribuições a recolher

	Controladora		Consolidado	
	30/09/2022	31/12/2021	30/09/2022	31/12/2021
Imposto de renda - IRPJ	69	3.638	3.787	3.905
Contribuição social sobre o lucro líquido - CSLL	26	-	1.684	438
Imposto sobre circulação de mercadorias e serviços - ICMS (i)	10.923	14.286	12.818	15.866
Imposto sobre produtos industrializados - IPI	2.103	3.405	2.438	3.406
Contribuição para o financiamento da seguridade social - COFINS	1.876	996	2.252	1.367
Programa de integração social - PIS	416	225	494	295
Imposto de renda retido na fonte - IRRF	633	2.253	1.108	2.702
Imposto sobre operações financeiras - IOF	-	-	49	66
Contribuição financeira de compensação de recursos minerais - CFEM	-	-	1.004	419
Instituto nacional de seguro social- INSS	128	115	366	285
Imposto sobre qualquer natureza - ISS	19	51	97	82
Parcelamento de tributos (ii)	7.552	11.625	30.911	38.800
Outros	33	66	140	181
	23.778	36.660	57.148	67.812

Notas explicativas da Administração às informações contábeis trimestrais - ITR
Período findo em 30 de setembro de 2022
(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra maneira)

Circulante	18.064	24.411	34.466	34.919
Não circulante	5.714	12.249	22.682	32.893

- (i) Contempla Subvenção Governamental de ICMS originado pelos programas de incentivos fiscais “Produzir” e “Desenvolve” na controladora e “Produzir” na controlada Tégula;
- (ii) Os débitos foram parcelados em até 84 parcelas, para Receita Federal do Brasil e Secretaria de Estado da Fazenda em conformidade com a Lei nº 11.101/2005 e disposições legais das unidades federativas, totalizando R\$ 5.184 no passivo circulante na controladora e R\$ 1.896 no passivo não circulante. No consolidado R\$ 12.511 no passivo circulante e R\$ 17.928 no passivo não circulante com liquidação prevista até 2025.

18. Outros passivos

	Controladora		Consolidado	
	30/09/2022	31/12/2021	30/09/2022	31/12/2021
Adiantamento de clientes	7.263	6.172	10.446	7.489
Comissões no mercado interno (i)	12.570	13.437	17.458	17.297
Comissão no mercado externo (i)	-	-	1.788	740
Provisão para destinação de resíduos (ii)	2.994	4.667	2.994	4.667
Provisão para garantia (iii)	631	168	675	168
Fretes a pagar	(2)	-	9.286	15.649
Outras contas a pagar (iii)	10.651	1.846	32.699	5.506
	34.107	26.290	75.346	51.516
Circulante	34.107	26.290	75.346	51.516

- (i) Comissões pagas a representantes comerciais no negócio de fibrocimento e exportação de crisotila;
- (ii) Provisão para a destinação de resíduos de telhas contendo crisotila em sua composição originados do processo de quebra ou devoluções;
- (iii) Referem-se principalmente a provisão para serviços prestados, receitas a realizar e outros gastos com pessoal.

19. Provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas

A Eternit possui diversos processos judiciais de natureza tributária, cível e trabalhista que se encontram em discussão em diferentes esferas judiciais.

A Administração da Companhia acredita que a provisão para riscos constituída é suficiente e representa, a melhor estimativa provável de desembolso futuro da Eternit, com base nas informações disponíveis até a data de publicação destas informações contábeis.

	Controladora		Consolidado	
	30/09/2022	31/12/2021	30/09/2022	31/12/2021
Processos trabalhistas	46.069	48.493	59.848	61.103
Processos cíveis	4.017	3.845	8.789	8.837
Processos tributários	744	1.205	780	1.265
	50.830	53.543	69.417	71.205

Notas explicativas da Administração às informações contábeis trimestrais - ITR
Período findo em 30 de setembro de 2022
(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra maneira)

As movimentações na provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas estão apresentadas a seguir:

	Controladora			Total
	Provisões trabalhistas	Provisões cíveis	Provisões tributárias	
Saldo em 01 de janeiro de 2021	45.198	4.275	13.022	62.495
Adições	11.773	586	666	13.025
Reversões	(5.523)	(1.016)	(11.443)	(17.982)
Baixas	(2.955)	-	(1.040)	(3.995)
Saldo em 31 de dezembro de 2021	48.493	3.845	1.205	53.543
Saldo em 31 de dezembro de 2021	48.493	3.845	1.205	53.543
Adições	2.616	1.366	81	4.063
Reversões	(5.039)	(1.089)	(529)	(6.657)
Baixas	(1)	(105)	(13)	(119)
Saldo em 30 de setembro de 2022	46.069	4.017	744	50.830

	Consolidado			Total
	Provisões trabalhistas	Provisões cíveis	Provisões tributárias	
Saldo em 01 de janeiro de 2021	53.753	9.351	18.509	81.613
Adições	17.352	777	686	18.815
Reversões	(6.780)	(1.291)	(16.890)	(24.961)
Baixas	(3.222)	-	(1.040)	(4.262)
Saldo em 31 de dezembro de 2021	61.103	8.837	1.265	71.205
Saldo em 31 de dezembro de 2021	61.103	8.837	1.265	71.205
Adições	5.299	6.303	81	11.683
Reversões	(6.415)	(6.242)	(566)	(13.223)
Baixas	(139)	(109)	-	(248)
Saldo em 30 de setembro de 2022	59.848	8.789	780	69.417

(i) Na área trabalhista e cível, as principais provisões englobam:

- a) Indenizações que incluem dano moral e material e reclamações trabalhistas propostas por ex-colaboradores que tem por objeto pedidos de: (i) hora extra; (ii) adicional noturno; (iii) adicional de insalubridade e periculosidade; (iv) verbas rescisórias; entre outras;

Notas explicativas da Administração às informações contábeis trimestrais - ITR
Período findo em 30 de setembro de 2022
(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra maneira)

b) Ação Civil Pública ajuizada em 2013 perante a Vara do Trabalho de São Paulo pelo Ministério Público do Trabalho contra a Companhia. Nesta ação são discutidos assuntos referentes ao ambiente de trabalho e saúde ocupacional da antiga unidade industrial localizada na cidade de Osasco, Estado de São Paulo, cujas atividades foram encerradas no início dos anos 90. Paralelamente a esta ação, foi distribuída por dependência, outra Ação Civil Pública ajuizada pela ABREA, também na Vara do Trabalho, razão pela qual houve, por determinação judicial, a união das duas ações. Os pedidos visam o pagamento de indenização por dano moral coletivo, danos individuais, entre outros. Em 01 de março de 2016, as duas ações foram julgadas parcialmente procedentes em primeira instância. A Companhia apresentou recurso contra a decisão de 1ª instância, tendo o Tribunal Regional do Trabalho da 2ª Região reformado em parte a decisão de 1ª instância. Os termos mais significativos são as exclusões das seguintes condenações:

- (i) Indenização por danos morais coletivos no valor de R\$ 100 milhões;
- (ii) Indenização por danos morais no valor de R\$ 50 mil em favor de cada ex-colaborador não diagnosticado com doenças relacionadas ao amianto;
- (iii) Toda e qualquer discussão acerca de familiares de ex-colaboradores.

Foram reduzidas as seguintes condenações: Danos morais e danos existenciais fixados em favor de cada ex-colaborador já diagnosticado com doenças relacionadas ao amianto para R\$ 100 mil e R\$ 50 mil, respectivamente; danos morais fixados em favor do Espólio de cada ex-colaborador falecido após o ajuizamento das ações para R\$ 100 mil. Foi mantida a seguinte condenação: assistência médica integral para os ex-colaboradores diagnosticados com doenças relacionadas ao amianto. Contra esta decisão foi apresentado Recurso ao TST, cujo seguimento foi negado. A Companhia interpôs agravo de instrumento que pende de julgamento ao TST para exame. Parte da decisão em primeira instância foi considerada como perda provável pelos assessores jurídicos do Grupo e como resultado a Administração do Grupo reconheceu provisão para riscos, em exercícios anteriores, no montante de R\$ 21.110. Foi apresentado recurso ao TST, ainda pendente de julgamento.

c) Em 2014, foi ajuizada pelo Ministério Público do Trabalho uma Ação Civil Pública contra o Grupo perante a Vara do Trabalho do Rio de Janeiro. Nesta ação são discutidos assuntos referentes ao ambiente de trabalho e saúde ocupacional, além do pedido de indenização a título de danos morais coletivo no valor de R\$ 1 bilhão. Parte da decisão em primeira instância foi considerada como perda provável pelos assessores jurídicos do Grupo e constituída provisão no montante de R\$ 800 mil. O Grupo apresentou recurso contra a decisão de 1ª instância, tendo o Tribunal

Notas explicativas da Administração às informações contábeis trimestrais - ITR
Período findo em 30 de setembro de 2022
(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra maneira)

Regional do Trabalho da 1ª Região condenado o Grupo no valor de R\$ 50 milhões a título de dano moral coletivo, entre outros. O Grupo apresentou recurso contra a decisão perante o TST, que foi admitido em parte e, nessa parte, atribuído efeito suspensivo.

Desta decisão, na parte inadmitida, o Grupo interpôs agravo de instrumento perante ao TST. O recurso está pendente. Paralelamente a esta ação, foi distribuída por dependência, pela ABREA outra Ação Civil Pública na mesma Vara do Trabalho, tendo sido julgada parcialmente procedente. Ambas as partes apresentaram recurso ordinário. Parte desta decisão foi considerada como provável no que diz respeito à obrigação de custear assistência médica a quem demonstrar portar doença relacionada ao amianto e possível o risco da condenação à obrigação de custear assistência médica a todos os ex-empregados independentemente de prova de doença relativa ao amianto. Em dezembro de 2021, foi negado provimento ao Recurso Ordinário interposto pela Eternit para condená-la ao custeio das despesas de deslocamento de ex-trabalhadores para a cidade do Rio de Janeiro, comprovadamente necessários ao acesso à integral assistência à saúde, qualquer que seja o domicílio dos beneficiários. Ambas as partes opuseram Embargos de Declaração que aguardam julgamento.

- d) Ação Civil Pública consumerista no montante de R\$ 3.004 milhões, na qual a Administração do Grupo reconheceu provisão pelo mesmo montante em exercícios anteriores, ajuizada pelo Ministério Público Estadual do Estado do Rio de Janeiro, visando a proibição da comercialização e fabricação dos produtos que contenham amianto em sua composição no estado do Rio de Janeiro. Em 23 de janeiro de 2021, foram apresentados Recurso Especial e Extraordinário em face do acórdão, os quais foram inadmitidos em sede de juízo de admissibilidade. Em razão da referida decisão, foram interpostos Agravo em Recurso Especial e Agravo em Recurso Extraordinário. Ao Agravo em Recurso Extraordinário foi negado provimento, razão pela qual foram opostos embargos de declaração, os quais foram rejeitados. O Agravo em Recurso Especial foi autuado no STJ e aguarda julgamento.
- (ii) Na área tributária as principais provisões englobam:
 - a) Cobrança de IPI na aquisição de produtos isentos, e insumos sujeitos à alíquota zero; e
 - b) Diferença de alíquotas recolhidas para o INSS.
- (iii) Ações cuja probabilidade de perda é possível:

Em 30 de setembro de 2022, havia reclamações trabalhistas, processos cíveis, processos tributários e administrativos contra a Companhia, para

Notas explicativas da Administração às informações contábeis trimestrais - ITR
Período findo em 30 de setembro de 2022
(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra maneira)

os quais os consultores jurídicos classificaram como possível perda e que podem ser mensurados confiavelmente no montante consolidado de R\$ 240.123 milhões, e, portanto, não foi registrada nenhuma provisão, para essas reclamações e processos. Adicionalmente, a Administração da Companhia em conjunto com seus consultores jurídicos, reaccessou suas estimativas e controles, no intuito de aprimorar a avaliação do prognóstico das causas e da mensuração com base no entendimento das reclamações e processos.

Adicionalmente, tramitavam contra a Companhia as seguintes ações, cuja probabilidade de perda foi considerada como possível pelos consultores jurídicos e onde alguns valores não são mensuráveis até a presente data das demonstrações contábeis:

- a) Ações civis públicas sobre questões de natureza ambiental e de saúde movidas pelos Ministérios Público Estadual e Federal do Estado da Bahia, bem como ação popular com o mesmo objeto das ações civis públicas, cujo valor do pedido das ações montante em R\$ 50 milhões. A Ação civil pública referente à saúde foi julgada parcialmente procedente com a condenação em R\$ 500 milhões a título de danos morais coletivos entre outros. O Grupo apresentou recurso contra a decisão de 1ª instância, que se encontra pendente de julgamento.

A ação de natureza ambiental foi julgada parcialmente procedente com a condenação em R\$ 31.423 a título de dano moral coletivo entre outros, tendo sido apresentado recurso perante o Tribunal Regional Federal, julgado parcialmente procedente para a retirada de algumas obrigações acessórias, mantendo a condenação de danos morais coletivos. Em seguida, foi negado provimento aos Embargos de Declaração e por fim, foram apresentados Recurso Especial e Recurso Extraordinário, ainda pendentes de julgamento.

- b) Ação Civil Pública e uma ação popular, ambas relacionadas à alienação pelo Estado de Goiás de uma área de terra onde se encontra a vila residencial da controlada SAMA;
- c) Partes da decisão julgada em segunda instância do processo mencionado no item i “b”, desta nota foram consideradas como perda possível pelos assessores jurídicos do Grupo;
- d) Em 2017, foi ajuizada pelo Ministério Público do Trabalho uma Ação Civil Pública contra o Grupo perante a Vara do Trabalho do Estado do Paraná. Nesta ação são discutidos assuntos referentes ao ambiente de trabalho e saúde ocupacional, além do pedido de indenização a título de danos morais coletivos no valor de R\$ 85 milhões. Esta ação foi julgada parcialmente procedente, exclusivamente para impor a Eternit que deixe de utilizar o amianto crisotila em sua atividade empresarial e dê destinação a resíduos. Os pedidos indenizatórios

Notas explicativas da Administração às informações contábeis trimestrais - ITR
Período findo em 30 de setembro de 2022
(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra maneira)

foram julgados improcedentes. Cabe ressaltar que o Grupo descontinuou o uso do amianto crisotila como matéria-prima na produção da fábrica do Paraná desde novembro de 2017. Conforme Fato Relevante divulgado em 28 de novembro de 2018, foram julgadas improcedentes as indenizações a títulos de dano moral coletivo no valor de R\$ 85 milhões. O MPT apresentou recurso ordinário que não foi conhecido. Interpuseram Agravo de instrumento em razão do não conhecimento do recurso, o qual foi julgado procedente para devolver os autos à primeira instância para análise dos embargos de declaração opostos pelo MPT. Em março de 2020 referidos embargos de declaração foram rejeitados e o MPT apresentou recurso ordinário, que foi rejeitado. MPT interpôs recurso de revista, o qual foi parcialmente admitido pela Presidência do TRT-9. Contra a parcela da decisão que inadmitiu seu recurso, o MPT opôs embargos de declaração. Eternit apresentou contrarrazões ao recurso de revista. Os autos foram remetidos à conclusão do Desembargador Vice-Presidente em 13 de novembro de 2021. Em 25 de janeiro de 2022, proferida decisão rejeitando os Embargos de Declaração do MPT. Em 22 de fevereiro de 2022, o MPT interpôs Agravo de Instrumento contra a parcela da decisão que inadmitiu seu Recurso de Revista. Em 17 de março de 2022, Eternit apresentou Contraminuta ao Agravo. Autos recebidos no TST, pendente de julgamento.

- e) Em 2017, foi ajuizada pelo Ministério Público do Trabalho Ação Civil Pública contra o Grupo perante a Vara do Trabalho da Bahia. Nesta ação são discutidos assuntos referentes ao ambiente de trabalho e saúde ocupacional, além do pedido de indenização a título de danos morais coletivo no valor de R\$ 225 milhões. A ação encontra-se em fase de instrução. Paralelamente a esta ação, foi distribuída por dependência, pela ABREA outra Ação Civil Pública na mesma Vara do Trabalho, que se encontra em fase pericial;
 - f) Em 2021, o Ministério Público do Trabalho ajuizou Ação Civil Pública contra a TSL - Transportes Scatuzzi Ltda., Eternit S/A e Sama S/A, perante a 7ª Vara do Trabalho de Santos/SP. Nesta ação, discute-se assuntos referentes à exportação da matéria-prima (fibra crisotila) pelo Porto de Santos, além do pedido de indenização, a título de danos morais coletivos, no valor de R\$ 5 milhões. A ação foi julgada parcialmente procedente, com a proibição de exportação da fibra de crisotila via Santos, Guarujá e Cubatão, além da condenação ao pagamento de dano moral coletivo, confrontando duas decisões favoráveis à Eternit S/A proferidas pelo E. STF. Eternit S/A e Sama S/A apresentaram Recurso Ordinário perante o Tribunal Regional do Trabalho da 2ª Região. Em 25 de agosto de 2022 foi publicado acórdão que deu parcial provimentos aos recursos para excluir da condenação o pagamento da indenização por danos morais. Eternit S/A e Sama S/A apresentaram Embargos de Declaração. Em 14 de outubro de 2022 foi
-

Notas explicativas da Administração às informações contábeis trimestrais - ITR
Período findo em 30 de setembro de 2022
(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra maneira)

publicado Acórdão que conheceu dos embargos, mas os julgou improcedentes.

- g) Ação Civil Pública ajuizada pelo MPF em face da Eternit, Sama e outros, em que discute a inconstitucionalidade da Lei Estadual que permite a exploração minerária do amianto crisotila e busca a tutela jurisdicional para cancelamento dos direitos de lavra da Mina de Cana Brava que são detidos pela SAMA. Foi deferida parcialmente a liminar requerida pelo MPF, para que a Sama suspendesse as atividades de extração, exploração, beneficiamento, comercialização, transporte e exportação de amianto crisotila, bem como, para que fossem suspensos os efeitos das autorizações do DNPM (ANM), para pesquisa, lavra e beneficiamento de amianto, concedidos à SAMA, Eternit ou outras subsidiárias detentoras de tal título. Em face da tal decisão, o Município de Minaçu ajuizou pedido de Suspensão de Liminar, o qual foi deferido para sustar os efeitos da mencionada liminar (até o trânsito em julgado da decisão de mérito da ação principal), autorizando a SAMA a retomar as suas atividades na mina.

Os depósitos judiciais para garantias de execução e depósitos recursais vinculados às provisões para riscos estão classificados em rubrica específica do ativo não circulante.

20. Patrimônio líquido

(i) Capital social

Em 30 de setembro de 2022, o capital social do Grupo, totalmente subscrito e integralizado era de R\$ 438.082 (R\$ 438.082 em dezembro de 2021) e estava representado por 61.766.787 ações ordinárias, nominativas, escriturais, sem valor nominal e com direito a voto nas deliberações da Assembleia Geral, distribuído como demonstrado a seguir:

	30/09/2022		31/12/2021	
	Acionistas	Ações	Acionistas	Ações
Composição acionária				
Pessoas Físicas	25.883	30.539.600	26.615	28.839.214
Pessoas Jurídicas	156	1.441.645	169	1.913.273
Pessoas residentes no exterior	35	2.224.120	37	3.220.737
Clubes, fundos e fundações	127	27.561.422	160	27.793.563
	26.201	61.766.787	26.981	61.766.787
 Ações em tesouraria	 1	 9.788	 1	 9.788
	26.202	61.776.575	26.982	61.776.575

Notas explicativas da Administração às informações contábeis trimestrais - ITR
Período findo em 30 de setembro de 2022
(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra maneira)

A Companhia está autorizada a aumentar seu capital social até o limite de R\$ 1.000.000 (um bilhão de reais), independente de reforma estatutária, mediante deliberação do Conselho de Administração, que fixará o preço de emissão de ações e as demais condições das respectivas subscrições e integralizações.

Em 08 de junho de 2021, o Conselho de Administração aprovou, a homologação do Aumento de Capital Social, mediante a emissão de 10.101.020 ações ordinárias nominativas, escriturais e sem valor nominal, ao preço de emissão de R\$ 10,89 por ação, equivalente a R\$ 110.000 (cento e dez milhões de reais).

Conforme informado ao mercado, o aumento de capital teve como objetivo levantar recursos necessários para proceder com a aquisição da Confibra Indústria e Comércio Ltda., promovendo um movimento de consolidação setorial.

O preço de emissão das novas ações ("Preço de Emissão") foi fixado nos termos das regras previstas no parágrafo 1º do artigo 170 da Lei das S.A. e respeitadas as disposições do Parecer de Orientação CVM nº. 1, de 27 de setembro de 1978, conforme alterado, ou seja, conjuntamente pela perspectiva de rentabilidade da Companhia ("Valor Econômico"); pelo valor do patrimônio líquido da ação ("Valor Patrimonial"); e, pela cotação das ações na B3 ("Valor de Mercado").

O Valor Econômico foi apurado mediante laudo elaborado por empresa especializada escolhida pela Administração, cabendo à empresa especializada definir o critério e a metodologia para mensuração do valor econômico.

O Valor Patrimonial foi definido com base nas demonstrações contábeis do exercício social findo em 31 de dezembro de 2020 (demonstrações contábeis padronizadas) divulgado ao mercado pela Eternit, ou seja, data-base 31 de dezembro de 2020.

O Valor de Mercado foi definido com base na cotação de fechamento dos 30 pregões realizados no ambiente da B3 que antecederem a RCA, abrangendo o período de 03 de fevereiro de 2021 a 18 de março de 2021.

Para fins de definição do Preço de Emissão, foi desconsiderado o menor Preço de Emissão indicado pelo Valor Econômico, pelo Valor Patrimonial e pelo Valor de Mercado, ou seja, foi desconsiderado o Valor Patrimonial. A média aritmética do Valor Econômico e Valor de Mercado resultou no valor de R\$ 12,81 por ação.

O Preço de Emissão foi fixado em R\$ 10,89 por ação, representando um deságio de 15% frente ao valor da média aritmética do Valor Econômico e Valor de Mercado.

Notas explicativas da Administração às informações contábeis trimestrais - ITR
Período findo em 30 de setembro de 2022
(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra maneira)

Em 29 de setembro de 2021, foi aprovada em Assembleia Geral Extraordinária (“AGE”), a redução de capital social da Companhia no valor de R\$ 57.455, diante da absorção de prejuízos acumulados. Em decorrência desta decisão, o capital social da Companhia passou a ser de R\$ 438.082, sem modificação da quantidade de ações de emissão da Companhia.

(ii) Ações em tesouraria

Em 30 de setembro de 2022, o valor de mercado das 9.788 mil ações em tesouraria era de R\$ 125 (R\$ 205 em 31 de dezembro de 2021 referente a 9.788 mil ações), registradas pelo valor histórico de R\$ 174.

(iii) Resultado por ação

A tabela a seguir reconcilia o lucro (prejuízo) do período aos montantes usados para calcular o lucro (prejuízo) básico e diluído por ação:

	Consolidado	
	30/09/2022	30/09/2021
Lucro do período atribuível aos controladores	123.587	216.070
Média ponderada da quantidade das ações ordinárias em circulação, deduzida da média das ações ordinárias em tesouraria	61.767	61.767
Lucro básico e diluído por ação (R\$)	2,0009	3,4982

Não existe nenhum efeito dilutivo que deva ser considerado no cálculo anterior.

(iv) Dividendos e juros sobre o capital próprio a pagar

O saldo de dividendos e juros sobre capital próprio em aberto a pagar em 30 de setembro de 2022, representa:

	Controladora		Consolidado	
	30/09/2022	31/12/2021	30/09/2022	31/12/2021
Juros sobre capital próprio	8.710	26	8.710	26
Dividendos	50	24.320	58	24.329
	<u>8.760</u>	<u>24.346</u>	<u>8.768</u>	<u>24.355</u>

21. Imposto de Renda e Contribuição Social

(i) A conciliação das taxas efetiva e nominal de Imposto de Renda (IRPJ) e Contribuição Social (CSLL) é a seguinte:

Notas explicativas da Administração às informações contábeis trimestrais - ITR
Período findo em 30 de setembro de 2022
(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra maneira)

	Controladora		Consolidado	
	30/09/2022	30/09/2021	30/09/2022	30/09/2021
Lucro antes do Imposto de Renda e da Contribuição Social	120.540	231.471	155.790	274.095
Alíquota nominal combinada	34%	34%	34%	34%
Expectativa de crédito (despesa) de imposto de renda e de contribuição social, às alíquotas nominais	(40.984)	(78.700)	(52.969)	(93.192)
Efeito do IRPJ e da CSLL sobre as diferenças permanentes:				
Resultado de equivalência patrimonial	29.941	29.716	1	-
Incentivo fiscal (a)	280	9.375	5.948	15.644
Juros sobre capital próprio	6.256	-	6.256	-
Provisão para bônus e honorários da diretoria	(1.298)	(833)	(1.298)	(1.001)
Efeitos Exercícios Anteriores Corrente	1.235	-	1.235	-
Reversão Incentivo (Desenvolve - BA e Produzir - GO)	3.128	-	3.128	-
Impairment	-	-	651	135
Compensação do prejuízo fiscal e base negativa	3.401	12.786	6.666	15.439
Efeito das diferenças temporárias não reconhecidas como imposto de renda e contribuição social diferidos	1.177	2.203	1.738	(756)
Prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social sem constituição de imposto de renda e contribuição social diferidos	-	-	(4.322)	(4.401)
Outras (adições) exclusões líquidas	(89)	10.052	857	10.140
Despesa de imposto de renda e contribuição social reconhecidos no resultado do período	3.047	(15.401)	(32.109)	(57.992)
Imposto de renda e contribuição social correntes	(8.137)	(21.528)	(43.340)	(64.495)
Imposto de renda e contribuição social diferidos (b)	11.184	6.127	11.231	6.503
	3.047	(15.401)	(32.109)	(57.992)

- a) Incentivos fiscais relacionados a subvenções governamentais nas filiais da Bahia e Goiás;
- b) Em setembro de 2021 a Companhia reconheceu crédito pela inconstitucionalidade da incidência do IRPJ e CSLL sobre os valores referentes à taxa SELIC recebidos em razão de repetição de indébito tributários (vide Nota Explicativa nº 6).

(ii) Composição do Imposto de Renda e da Contribuição Social diferidos:

	Controladora		Consolidado	
	30/09/2022	31/12/2021	30/09/2022	31/12/2021
Prejuízos fiscais e base de cálculo negativa de contribuição social	-	3.355	34.693	38.048
Benefícios pós-emprego	13.621	13.555	27.796	27.752
Provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas	17.282	18.204	23.402	24.203
Lucros não realizados nos estoques	-	-	1.285	1.238
Perda estimada em créditos de liquidação duvidosa	752	221	810	401
Provisão para participação nos lucros e resultados	2.238	3.609	2.418	3.781
Mercadorias não embarcadas	-	-	15.957	13.809
Perda por redução ao valor recuperável (*)	1.877	1.877	10.177	11.378
Perda estimada para redução ao valor realizável líquido dos estoques	1.753	1.889	3.986	4.322
Provisão Perda Remonte Mina	-	-	3.153	3.153
Crédito Extemporâneo de Exclusão do ICMS da	-	(11.184)	-	(11.184)

Notas explicativas da Administração às informações contábeis trimestrais - ITR
Período findo em 30 de setembro de 2022
(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra maneira)

	Controladora		Consolidado	
	30/09/2022	31/12/2021	30/09/2022	31/12/2021
base do PIS & COFINS				
Outras provisões	3.206	3.722	4.360	4.680
Mais valia - Confibra	(23.556)	-	(23.556)	-
Efeito das diferenças temporárias não reconhecidas como impostos de renda e contribuição social diferidos	(40.729)	(43.077)	(95.153)	(96.625)
Efeito do prejuízo fiscal e base negativa não reconhecidos como impostos diferidos	-	(3.355)	(32.473)	(35.827)
	(23.556)	(11.184)	(23.145)	(10.871)

(*) Vide Nota Explicativa nº 11 e 12.

No período findo em 30 de setembro 2022, a Companhia não constituiu impostos diferidos para o prejuízo fiscal e para base negativa nos montantes de R\$ 478.208 do saldo consolidado de prejuízo fiscal (R\$ 485.878 em 2021) e R\$ 536.345 da base negativa de contribuição social (R\$ 544.014 em 2021).

22. Receita líquida

	Controladora		Consolidado	
	30/09/2022	30/09/2021	30/09/2022	30/09/2021
Receita bruta de venda de produtos e mercadorias	716.561	780.202	1.063.964	1.033.391
Descontos e abatimentos incondicionais	(1.274)	(733)	(1.348)	(739)
Impostos incidentes sobre as vendas (i)	(165.604)	(183.722)	(187.789)	(199.072)
	549.683	595.747	874.827	833.580

- (i) Contempla Subvenção Governamental de ICMS originado pelos programas de incentivos fiscais, conforme divulgado na Nota Explicativa nº 30.

23. Custos e despesas operacionais

	Controladora		Consolidado	
	30/09/2022	30/09/2021	30/09/2022	30/09/2021
Custo dos produtos e mercadorias vendidos e dos serviços prestados	(418.022)	(377.716)	(581.441)	(461.746)
Despesas com vendas	(40.313)	(36.940)	(77.414)	(65.576)
Despesas gerais e administrativas	(33.439)	(35.227)	(63.136)	(60.663)
Remuneração da Administração	(10.015)	(4.924)	(11.000)	(5.743)
	(501.789)	(454.807)	(732.991)	(593.728)
Matéria-prima consumida	(305.178)	(277.550)	(428.246)	(344.994)
Despesas com pessoal e encargos	(90.805)	(81.837)	(119.203)	(101.662)
Materiais, energia elétrica e serviços	(39.165)	(39.772)	(45.977)	(45.912)
Serviços de terceiros	(15.993)	(14.794)	(41.728)	(38.748)
Depreciação e amortização	(9.943)	(8.130)	(14.318)	(12.371)
Comissões sobre vendas	(14.523)	(17.174)	(19.298)	(20.312)
Despesas de vendas variáveis (i)	-	-	(13.780)	(10.736)
Aluguel de bens móveis	(8.239)	(6.964)	(8.425)	(7.126)
Gastos de paradas	(64)	(2)	(30)	(598)
Despesas com viagens	(3.230)	(1.947)	(5.029)	(2.552)
Despesas com material e serviços de informática	(2.629)	(2.178)	(4.908)	(4.048)
Propaganda e publicidade	(961)	(554)	(1.061)	(591)
Contribuição para entidades de classe	(75)	(387)	(455)	(924)
Impostos e taxas	(2.793)	(1.395)	(3.444)	(2.125)
Perdas esperadas com créditos de liquidação duvidosa	(1.510)	(254)	(1.224)	(245)
Perda para redução ao valor realizável líquido dos estoques	400	539	873	1.815

Notas explicativas da Administração às informações contábeis trimestrais - ITR
Período findo em 30 de setembro de 2022
(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra maneira)

	Controladora		Consolidado	
	30/09/2022	30/09/2021	30/09/2022	30/09/2021
Substituição de produto avariado	(848)	(272)	(935)	(301)
Garantia de qualidade	(5.162)	(1.485)	(5.343)	(1.548)
Auxílio moradia	(4)	(51)	(4)	(51)
Outras	(1.067)	(600)	(20.456)	(676)
	(501.789)	(454.807)	(732.991)	(593.728)

- (i) Despesa com CFEM e “royalties” variáveis sobre o faturamento da controlada Sama pagos ao Governo do Estado de Goiás.

24. Outras receitas (despesas) operacionais

	Controladora		Consolidado	
	30/09/2022	30/09/2021	30/09/2022	30/09/2021
Outras receitas operacionais:				
Venda de bens do imobilizado (i)	-	1	18.375	128.141
Aluguéis	-	-	487	749
Recuperação de tributos	113	8.638	5.361	13.852
Benefício ICMS crédito estímulo (ii)	-	-	14.961	15.161
Outras	435	3.297	2.964	5.058
	548	11.936	42.148	162.961
Outras despesas operacionais:				
Provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas	2.713	2.274	2.358	2.645
Provisão para benefício pós-emprego	(2.939)	(1.875)	(6.017)	(4.859)
Impostos e taxas	(112)	(104)	(448)	(217)
Gastos com indenizações trabalhistas e cíveis	(879)	(2.360)	(1.746)	(2.377)
Custo da baixa de imobilizado e intangível (iii)	(2.252)	(1)	(6.139)	(109.728)
Contribuições sobre incentivos fiscais	(484)	(923)	(1.607)	(2.252)
Perda por redução ao valor recuperável de ativos	-	-	47	5.645
Ganho com operação de processos judiciais	-	1.146	-	1.288
Outras	(6.576)	(5.418)	(10.256)	(17.165)
	(10.529)	(7.261)	(23.808)	(127.020)
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas	(9.981)	4.675	18.340	35.941

- (i) Em 2022, vendas através de leilão do imóvel Precon Goiás e Tégula - Frederico Westphalen constantes no Plano de Recuperação Judicial e em 2021 vendas através de leilão dos ativos da UPI-Louças Sanitárias (CSC) constantes no Plano de Recuperação Judicial, do imóvel de Camaçari-BA e do imóvel de Aparecida de Goiânia-GO;
- (ii) Subvenção Governamental de ICMS originado pelos programas de incentivos fiscais na controlada Eternit da Amazônia;
- (iii) Custo das baixas dos ativos constantes no item (i).

Notas explicativas da Administração às informações contábeis trimestrais - ITR
Período findo em 30 de setembro de 2022
(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra maneira)

25. Resultado financeiro

	Controladora		Consolidado	
	30/09/2022	30/09/2021	30/09/2022	30/09/2021
Despesas financeiras				
Juros sobre mútuo	(2.423)	(1.280)	-	-
Juros passivos (i)	(1.884)	(1.019)	(6.588)	(6.178)
Despesas bancárias	(2.140)	(2.156)	(3.148)	(3.011)
Descontos concedidos	(4)	(5)	(1.970)	(5)
IOF	(330)	(383)	(568)	(472)
Variações monetárias passivas				(83)
PIS e COFINS			(8)	
Outras	(129)	(199)	(2.729)	(1.453)
	(6.910)	(5.042)	(15.011)	(11.202)
Receitas financeiras				
Rendimento aplicações financeiras - incluindo certificado de depósitos bancários	-	1	12.605	4.687
Descontos obtidos	154	60	171	175
Juros ativos	718	531	757	536
Juros sobre mútuo	-	26	-	-
Variações monetárias ativas (ii)	648	3.196	8.332	4.400
Líquido de variações cambiais (iii)	(44)	(329)	(11.247)	(307)
Outras	1	13	7	13
	1.477	3.498	10.625	9.504
Resultado financeiro líquido	(5.433)	(1.544)	(4.386)	(1.698)

- (i) Juros referentes à dívida concursal e parcelamentos de tributos;
(ii) As variações monetárias ativas são referentes a correção (SELIC) dos depósitos judiciais e saldo negativo de IRPJ e CSLL;
(iii) Variação cambial, pela apreciação do real frente ao dólar, sobre os recebíveis em moeda estrangeira da controlada Sama.

26. Informações por segmento de negócios

A Administração definiu os seguintes segmentos operacionais: Fibrocimento, contemplando sistemas construtivos e a fibra de polipropileno, Crisotila, Telhas de Concreto e Outros. As informações apresentadas na coluna “Outros” se referem a gastos e receitas não diretamente atribuíveis a esses segmentos.

Controladora e Consolidado	
Descrição	Área geográfica
Fibrocimento	Mercado interno
Crisotila	Mercado externo
Telhas de concreto	Mercado interno
Outros	Mercado interno

Notas explicativas da Administração às informações contábeis trimestrais - ITR
Período findo em 30 de setembro de 2022
(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra maneira)

As principais informações consolidadas por segmento de negócio, correspondente aos períodos findos em 30 de setembro de 2022 e de 30 de setembro de 2021, estão apresentadas a seguir:

30/09/2022						
	Fibrocimento (i)	Crisotila (ii)	Telhas de concreto (iii)	Outros (iv)	Eliminações	Total consolidado
Receitas líquidas:						
Mercado Interno	577.883	-	16.204	6.311	-	600.398
Mercado Externo	-	274.429	-	-	-	274.429
	577.883	274.429	16.204	6.311	-	874.827
Custo dos produtos vendidos	(419.576)	(139.383)	(14.598)	(7.884)	-	(581.441)
Lucro bruto	158.307	135.046	1.606	(1.573)	-	293.386
Receitas (despesas) operacionais	(71.789)	(52.927)	(7.800)	(694)	-	(133.210)
Resultado operacional antes do resultado financeiro	86.518	82.119	(6.194)	(2.267)	-	160.176
Venda de produtos						
Venda para terceiros (em toneladas)	486.656	145.146	-	-	-	631.802
Venda para terceiros (em mil peças)	-	-	6.815	-	-	6.815
Investimento no período	41.305	3.449	4.848	26.370	-	75.972
Depreciação e amortização	(13.717)	(2)	(599)	-	-	(14.318)
Ativo total	1.334.488	358.195	53.568	252.412	(811.646)	1.187.017
Passivo total	492.001	237.583	72.168	210.834	(485.556)	527.030
Patrimônio líquido	842.487	120.612	(18.600)	41.578	(326.090)	659.987
30/09/2021						
	Fibrocimento (i)	Crisotila (ii)	Telhas de concreto (iii)	Outros (iv)	Eliminações	Total Consolidado
Receitas líquidas:						
Mercado Interno	623.832	-	12.179	147	-	636.158
Mercado Externo	-	197.422	-	-	-	197.422
	623.832	197.422	12.179	147	-	833.580
Custo dos produtos vendidos	(376.130)	(75.188)	(9.872)	(556)	-	(461.746)
Lucro/prejuízo bruto	247.702	122.234	2.307	(409)	-	371.834
(Despesas) Receitas operacionais	(71.452)	(18.921)	(4.690)	(978)	-	(96.041)
Resultado operacional antes do resultado financeiro	176.250	103.313	(2.383)	(1387)	-	275.793
Venda de produtos						
Venda para terceiros (em toneladas)	555.301	121.200	-	-	-	676.501
Venda para terceiros (em mil peças)	-	-	5.966	-	-	5.966
Investimento no período	28.464	80	5.346	-	-	33.890
Depreciação e amortização	(11.706)	(3)	(662)	-	-	(12.371)
Ativo total	1.092.566	241.174	32.520	401.712	(791.135)	976.837
Passivo total	431.420	116.791	38.552	363.994	(515.070)	435.723
Patrimônio líquido	661.146	124.383	(6.032)	37.718	(276.065)	541.114

(i) Contempla telhas de fibrocimento e sistemas construtivos;

(ii) Operação para fins exclusivo de exportação do crisotila, amparada na vigência da Lei do

Notas explicativas da Administração às informações contábeis trimestrais - ITR
Período findo em 30 de setembro de 2022
(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra maneira)

- estado de Goiás nº 20.514 e regulamentada pelo Decreto nº 9.518;
- (iii) Contempla telha de concreto produzidas pela controlada Tégula;
 - (iv) Decorrente de receitas eventuais de aluguel da controlada Prel Empreendimentos, de estoques remanescentes da operação descontinuada de louças e metais e das vendas controladas da telha solar.

27. Cobertura de seguros

Para proteção dos seus ativos e de suas responsabilidades, a Companhia mantém coberturas para os riscos que, na eventualidade de ocorrência, possam levar a prejuízos significativos ao patrimônio e/ou resultados do Grupo, incluindo os riscos sujeitos a seguro obrigatório, seja por disposições legais ou contratuais. A Administração entende que o montante segurado é suficiente para garantir a integridade patrimonial e continuidade operacional.

As premissas de riscos adotadas, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo de uma auditoria de demonstrações contábeis individuais e consolidadas, consequentemente não foram examinadas por nossos auditores independentes.

Em 30 de setembro de 2022, os seguros contratados pela Eternit, sob orientação de seus consultores de seguros, contra eventuais riscos, estão relacionados a seguir. Esses seguros possuem vencimento médio em agosto de 2023, renovados a partir de julho de 2022.

Modalidade	Bens cobertos	Valor da cobertura
Riscos de engenharia, operacionais e de responsabilidade civil geral, lucros cessantes e D&O.	Edifícios, instalações e equipamentos	R\$ 328.089
Veículos	Veículos	100% Tabela FIPE

28. Instrumentos financeiros

28.1 Identificação e valorização dos instrumentos financeiros

(i) Análise dos instrumentos financeiros:

	Controladora		Consolidado	
	30/09/2022	31/12/2021	30/09/2022	31/12/2021
Ativos financeiros:				
Mensurados ao custo amortizado:				
Caixa e equivalentes de caixa	1.640	3.370	9.701	6.071
Aplicações financeiras	-	-	62.759	212.793
Contas a receber	70.181	68.592	248.676	153.229
Partes relacionadas	151.299	318.447	-	-
Total dos ativos financeiros	223.120	390.409	321.136	372.093

Notas explicativas da Administração às informações contábeis trimestrais - ITR
Período findo em 30 de setembro de 2022
(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra maneira)

Passivos financeiros:

Mensurados ao custo

amortizado:

Fornecedores	(26.186)	(33.096)	(59.521)	(50.201)
Empréstimos e financiamentos	-	-	(83.864)	(37.395)
Partes relacionadas	(84.123)	(106.904)	-	-
Obrigações de arrendamento	-	-	(16.265)	(7.786)
Outros passivos	(34.107)	(26.290)	(75.346)	(51.516)
Total passivos financeiros	(144.416)	(166.290)	(234.996)	(146.898)

(ii) Hierarquia do valor justo por meio do resultado

No decorrer do período findo em 30 de setembro de 2022, a Companhia não possuía instrumentos financeiros mensurados ao valor justo.

28.2 Gestão de risco financeiro

Os principais passivos financeiros do Grupo referem-se a fornecedores, empréstimos e financiamentos e partes relacionadas. O principal propósito desses passivos financeiros foram captar recursos para as operações. O Grupo possui como ativos financeiros as contas a receber de clientes, depósitos à vista e aplicações financeiras que resultam diretamente de suas operações. Assim, o Grupo está exposto a risco de mercado, risco de crédito e risco de liquidez.

A Companhia e suas controladas estão expostas a riscos de mercado relacionados à flutuação das taxas de juros, de variações cambiais e de crédito.

O Grupo dispõe de procedimentos para administrar e utilizar instrumentos de proteção.

(i) Risco de mercado

O risco de mercado se refere ao valor justo dos fluxos de caixa futuros devido a variações nos preços de mercado. No caso do Grupo, ele engloba três tipos de risco: i) Risco de queda de demanda, ii) Risco de prejuízo na produção e iii) Riscos associados ao crescimento. Todos esses riscos são monitorados pela área financeira do Grupo.

(ii) Risco cambial

O risco cambial se refere a flutuações no valor justo dos fluxos de caixa futuros de um instrumento financeiro devido a variações nas taxas de câmbio. A exposição do Grupo a esse risco refere-se, principalmente, às atividades operacionais envolvendo, contas a pagar e contas a receber em moeda estrangeira e variações nas taxas de câmbio, principalmente o

Notas explicativas da Administração às informações contábeis trimestrais - ITR
Período findo em 30 de setembro de 2022
(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra maneira)

dólar norte-americano frente ao Real. O risco cambial pode impactar significativamente o resultado financeiro do Grupo.

A política de gestão de risco cambial do Grupo é fazer *hedge* de até 100% de sua exposição esperada, cujo o objetivo é a manutenção do preço em reais negociado na venda por ocasião do recebimento. A Administração estabelece princípios para gestão de risco cambial, podendo fazer o uso de instrumentos financeiros derivativos e não derivativos. Atualmente o Grupo utiliza instrumentos financeiros não derivativos do tipo Trava de Câmbio para proteger seu risco cambial atrelado ao contas a receber em moeda estrangeira, a maioria com vencimento inferior a 90 dias.

Em 30 de setembro de 2022 e 31 de dezembro de 2021, o Grupo possuía a seguinte exposição a moedas diferentes da sua moeda funcional:

	Consolidado		Cotação em
	30/09/2022	31/12/2021	30/09/2022 (US\$1,00 = R\$1,00)
Clientes no mercado externo	156.667	80.347	4,7372 \$
Fornecedores no mercado externo	(2.665)	(3.748)	4,7378 \$
ACE - Adiantamento sobre cambiais de exportação	(61.660)	-	
Total da exposição cambial	92.342	76.599	

Análise de sensibilidade

Com a finalidade de medir o impacto econômico de variações cambiais dos instrumentos financeiros do Grupo foram preparados quatro cenários de moeda estrangeira em relação à taxa de câmbio vigente em 30 de setembro de 2022, conforme demonstrado a seguir:

Saldos (moeda estrangeira) Consolidado	Risco	Taxa	Depreciação da taxa		Apreciação da taxa	
		Posição em 30/09/2022	Cenário I (-50%)	Cenário II (-25%)	Cenário III (+25%)	Cenário IV (+50%)
USD		5,4060	2,7030	4,0545	6,7575	8,1090
Clientes no mercado externo	USD	156.667	(78.334)	(39.167)	39.167	78.334
USD	USD	5,4060	2,7030	4,0545	6,7575	8,1090
Fornecedores no mercado externo	USD	(2.665)	1.333	666	(666)	(1.333)
USD	USD	5,4060	2,7030	4,0545	6,7575	8,1090
ACE - Adiantamento sobre cambiais de exportação	USD	(61.660)	30.830	15.415	(15.415)	(30.830)
Total das exposições		154.002	(77.001)	(38.501)	38.501	77.001

Notas explicativas da Administração às informações contábeis trimestrais - ITR
Período findo em 30 de setembro de 2022
(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra maneira)

(iii) Risco de taxa de juros

Risco de taxa de juros está associado ao valor justo dos fluxos de caixa futuros de um instrumento financeiro flutuando devido a variações nas taxas de juros de mercado.

A Administração do Grupo gerencia esse risco através de projeções de caixa recorrentes, bem como projeções de resultados, além de aplicar uma política que mantém os indexadores de suas exposições a taxas de juros ativas e passivas atrelados a taxas pós-fixadas que considera projeções do CDI para avaliar eventuais necessidades de caixa futura.

As exposições ativas (passivas) à taxa de juros estão demonstradas a seguir:

	Consolidado	
	30/09/2022	31/12/2021
Aplicações financeiras (equivalentes de caixa)	62.759	212.793
Empréstimos e financiamentos	(83.864)	(37.396)
Total da exposição à taxa de juros	(21.105)	175.397

Administração do Grupo avalia periodicamente suas aplicações e equivalentes de caixa para evitar risco de perda, considerando a instabilidade da atual política monetária.

Análise de sensibilidade

Com a finalidade de verificar a sensibilidade do indexador nos equivalentes de caixa e empréstimos, a qual o Grupo estava exposto na data-base de 30 de setembro 2022, foram definidos quatro cenários diferentes.

Aplicações financeiras - Consolidado	Indexador	Posição em 30/09/2022	Risco de redução		Risco de aumento	
			Cenário I (-50%)	Cenário II (-25%)	Cenário III (+25%)	Cenário IV (+50%)
CDI		10,93%	5,47%	8,20%	13,66%	16,40%
Aplicações financeiras (equivalentes de caixa)	CDI	62.759	(3.430)	(1.715)	1.715	3.430
Total		62.759	(3.430)	(1.715)	1.715	3.430

(iv) Risco de crédito

O Grupo está exposto principalmente ao risco de crédito referente a caixa e equivalentes de caixa e contas a receber de clientes. O risco de crédito

Notas explicativas da Administração às informações contábeis trimestrais - ITR
Período findo em 30 de setembro de 2022
(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra maneira)

é minimizado por meio das seguintes políticas:

a) Contas a receber de clientes

O Grupo minimiza seu risco de crédito pela venda fragmentada para um grande número de clientes. Esse risco é administrado por meio de um rigoroso processo de concessão de crédito. O resultado dessa gestão, assim como a exposição máxima ao risco de crédito, está refletido na rubrica “Perdas esperadas com créditos de liquidação duvidosa sobre as contas a receber”, conforme demonstrado na Nota Explicativa nº 4.

b) Depósitos à vista e aplicações financeiras

O Grupo restringe os valores que possam ser alocados a uma única instituição financeira e analisa as classificações de risco (*ratings*) das instituições financeiras com as quais aplica os saldos de caixa e equivalentes de caixa.

(v) Riscos de liquidez

O risco de liquidez consiste na eventualidade do Grupo não dispor de recursos suficientes para cumprir com seus compromissos em função das diferentes moedas e prazos de realização e ou liquidação de seus direitos e obrigações.

A tesouraria do Grupo monitora continuamente as previsões de exigência de liquidez para assegurar que haja caixa suficiente para atender as necessidades operacionais. O excesso de caixa é investido em contas correntes com incidência de juros, depósitos a prazo, depósitos de curto prazo e títulos e valores mobiliários, através da escolha de instrumentos com vencimentos apropriados e liquidez suficiente para fornecer margem conforme determinado pelas previsões acima mencionadas.

(vi) Gestão do capital

Para manter ou ajustar a estrutura de capital, o Grupo poderá rever a política de gestão de capital, a qual não é administrada ao nível da Controladora, mas em nível Consolidado.

Para o período findo em 30 de setembro de 2022, não houve mudança nos objetivos, políticas ou nos processos de estrutura de capital quando comparado com o ano de 2021.

Notas explicativas da Administração às informações contábeis trimestrais - ITR
Período findo em 30 de setembro de 2022
(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra maneira)

29. Compromissos e garantias

Em 30 de setembro de 2022, o Grupo possuía as seguintes garantias:

- (i) Fiança bancária, no montante de R\$ 1.440, junto ao Banco Bradesco S.A. para garantia do pagamento de execução fiscal nº 0486287-42.2009.8.09.0103, que tramita perante a Vara de Fazendas Públicas da Comarca de Minaçu, ajuizada pelo Departamento Nacional de Produção Mineral - DNPM, firmado com a Sama S.A., com vencimento indeterminado;
 - (ii) Fiança bancária, no montante de R\$ 3.941, junto ao Banco Bradesco S.A. para garantia do financiamento à Agência de Fomento de Goiás;
 - (iii) Fiança bancária, no montante de R\$ 1.510, junto ao Banco Bradesco S.A. para garantia do financiamento à agência de Fomento Goiás, firmado com a controlada Tégula;
 - (iv) Seguro garantia, no montante de R\$ 6.350, junto a Pottencial Seguradora S.A para amparar a ação anulatória nº 0068035-46.2015.4.03.6182 referente a cobrança de débitos fiscais de CSLL e COFINS, com vigência de 04 de maio de 2022 a 04 de maio de 2027;
 - (v) Seguro garantia, no montante de R\$ 375, junto a Fairfax Seguradora S.A. para compra e venda de energia elétrica (Fábrica Simões Filho - BA), sendo a Eternit a tomadora e a Engie Brasil Energia Comercializadora Ltda. a beneficiária, com vigência de 01 de janeiro de 2022 a 31 de dezembro de 2022;
 - (vi) Em dezembro de 2014, a controlada Eternit da Amazônia firmou compromisso na ordem de R\$ 37.384, referente a cédula de crédito bancário, com o Banco da Amazônia, para implementar sua fábrica em Manaus. Como garantia foi oferecido pelo Grupo um imóvel e respectivas benfeitorias, situado no Rio de Janeiro-RJ, sendo seu valor de custo no montante de R\$ 62.500;
 - (vii) Em 23 de fevereiro de 2018 a Eternit apresentou garantia com a fábrica Simões Filho no valor de R\$ 35.700 com sua vigência indeterminada a partir desta data para amparar a ação de execução de termo de ajuste de conduta nº. 0000883-76.2017.5.05.0101. Mandado de penhora recebido em 06/05/2022, atualizando o valor do imóvel penhorado para R\$ 42.635.000,00.
 - (viii) Seguro garantia, no montante de R\$ 683, junto a Fairfax Seguradora S.A. para compra e venda de energia elétrica (Fábrica Colombo - PR), sendo a Eternit como tomadora e a Engie Brasil Energia Comercializadora Ltda. a beneficiária, com vigência de 01 de janeiro a 31 de dezembro de 2022;
 - (ix) Seguro garantia, no montante de R\$ 1.058, junto a Fairfax Seguradora S.A. para compra e venda de energia elétrica (Fábrica Rio de Janeiro - RJ), sendo a Eternit a tomadora e a Engie Brasil Energia Comercializadora Ltda. a beneficiária, com vigência de 01 de Janeiro a 31 de dezembro de 2022;
-

Notas explicativas da Administração às informações contábeis trimestrais - ITR
Período findo em 30 de setembro de 2022
(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra maneira)

- (x) Fiança Bancária, no montante de R\$ 313, junto ao Banco Daycoval, para garantir o aluguel da Sede Administrativa da Eternit, sendo a própria Eternit a tomadora e IMMOB III Fundo De Investimento Imobiliário - FII o beneficiário, com vigência até 31 de janeiro de 2023;
- (xi) Fiança Bancária, no montante de R\$ 1.821, junto ao Banco Daycoval para compra e venda de energia elétrica, sendo a Tomadora, Sama S.A Mimenarações Associadas, e a Beneficiária, Engie Brasil Energia Comercializadora Ltda, com vigência de 19 de janeiro de 2022 a 09 de fevereiro de 2023;
- (xii) Fiança Bancária, no montante de R\$ 39, junto ao Banco Daycoval, para garantir o aluguel de Centro de Distribuição - Fortaleza-CE, sendo a própria Eternit S/A a tomadora e Construtora Caribe Ltda o beneficiário, com vigência de 01 de julho de 2021 a 30 de junho 2023;
- (xiii) Seguro Garantia no montante de R\$ 520, junto a Pottencial Seguradora, destinada ao Processo Judicial nº 0068035-46.2015.4.03.6182, Processo Administrativo nº.16306.000206/2009-81, 10880.968880/2010-99 e 10880.977187/2011-98, CDA nº 80.6.15.066685-39, 80.6.15.068746-00. Trata-se de execução fiscal para suposta cobrança de débitos perante a 5ª Vara de Execuções Fiscais Federal de São Paulo, com vigência 12 de abril de 2021 a 12 de abril de 2026;
- (xiv) Seguro Garantia no montante de R\$ 407, junto a Fairfax Seguradora S.A, para o pagamento do valor total do débito em discussão, nele compreendido o principal, multas, juros, atualização monetária e acréscimos legais, objeto da Execução Fiscal nº 0051104-28.2020.8.19.0001, promovida pela Fazenda do Estado do Rio de Janeiro em face do tomador, em trâmite perante a 11ª Vara de Fazenda Pública da Comarca do Rio de Janeiro/RJ, com vigência de 19 de julho de 2021 a 19 de julho de 2026;
- (xv) Seguro Garantia no montante de R\$ 332, junto a Fairfax Seguradora S.A, para o pagamento do valor total do débito em discussão, nele compreendido o principal, multas, juros, atualização monetária e acréscimos legais, objeto da Execução Fiscal nº 0015609-83.2021.8.19.0001, promovida pela Fazenda do Estado do Rio de Janeiro em face do tomador, em trâmite perante a 11ª Vara de Fazenda Pública da Comarca do Rio de Janeiro/RJ, com vigência de 07 de julho de 2021 a 07 de julho de 2026;
- (xvi) Fiança no montante de R\$ 150, junto Eccount S/A, que garante as obrigações assumidas pela Sam S/A - Minerações Associadas, dos prejuízos decorrentes do inadimplemento em relação aos pagamentos dos valores concedidos pelo Beneficiário, TCP Terminal de Contêineres de PARANAGUÁ S.A, e que não tenham sido liquidados na forma prevista no Acordo Operacional, para prestação de serviços de estufagem de containers pelo Beneficiário, com vigência de 22 de outubro de 2021 a 22 de outubro de 2022;
- (xvii) Seguro Garantia no montante de R\$ 414, junto a Fairfax Seguradora S.A, para o pagamento do valor total do débito em discussão, nela

Notas explicativas da Administração às informações contábeis trimestrais - ITR
Período findo em 30 de setembro de 2022
(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra maneira)

compreendido o principal, multas, juros, atualização monetária e acréscimos legais, objeto da Reclamação Trabalhista nº 0010573-94.2019.5.03.011 e Cumprimento Provisório de Sentença nº 0010144-25.2022.5.03.011, promovida por Marcos Luiz Martins Pereira em face de Eternit S/A, em trâmite perante a 11ª Vara do Trabalho de Belo Horizonte/MG, com vigência de 01 de junho de 2022 a 01 de junho de 2025.

30. Subvenções governamentais

As subvenções governamentais não são reconhecidas até que exista segurança razoável de que o Grupo irá atender às condições relacionadas e que as subvenções serão recebidas, essas subvenções são reconhecidas sistematicamente na rubrica “receita operacional líquida” e “outras receitas (despesas) operacionais” durante os exercícios nos quais o Grupo reconhece como despesa os correspondentes custos que as subvenções pretendem compensar. Ao realizar a transferência do resultado do exercício para o Patrimônio Líquido, os valores são direcionados conforme sua natureza, Subvenção para Investimento ou Subvenção de método de custeio, cujo valor consta agregado ao resultado do exercício.

Os benefícios recebidos na forma de subvenção governamental são reclassificados a partir da destinação do resultado do exercício para conta específica de reserva de capital Subvenção para Investimento no Patrimônio Líquido.

A Companhia possui incentivos fiscais estaduais e federais enquadrados em determinados programas de desenvolvimento industrial na forma de financiamento, diferimento do pagamento de impostos ou reduções parciais do valor devido. Esses programas estaduais objetivam promover o incremento da geração de emprego, a descentralização regional, além de complementar e diversificar a matriz industrial dos Estados. Nesses Estados, os prazos de carência, fruição e as reduções são previstas na legislação fiscal.

No período findo em 30 de setembro de 2022, os valores das subvenções governamentais totalizavam R\$ 23.053 (R\$ 23.594 em 30 de setembro de 2021), conforme descrito a seguir:

- (i) Agência de Fomento Goiás S.A empresa do Estado de Goiás - Fomentar. No período findo em 30 de setembro de 2022, não houve movimentação;
 - (ii) Programa de desenvolvimento industrial de Goiás - Produzir. No período findo em 30 de setembro de 2022, o valor do benefício totalizou R\$ 5.761 (R\$ 6.251 em 30 setembro de 2021);
-

Notas explicativas da Administração às informações contábeis trimestrais - ITR
Período findo em 30 de setembro de 2022
(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra maneira)

- (iii) Desenvolvimento Industrial e de Integração Econômica do Estado da Bahia - Desenvolve. No período findo em 30 de setembro de 2022, o valor do benefício totalizou R\$ 2.332 (R\$ 2.184 em 30 de setembro de 2021);
- (iv) Zona Franca de Manaus - Incentivo - Crédito Estímulo. No período findo em 30 de setembro de 2022 um montante de R\$ 9.579 foi utilizado (R\$ 9.192 em 30 de setembro de 2021);
- (v) Zona Franca de Manaus - Incentivo - Crédito Presumido. No período findo em 30 de setembro de 2022, um montante de R\$ 5.381 foi utilizado (R\$ 5.967 em 30 de setembro de 2021).

31. Transações que não afetaram o caixa e equivalentes de caixa

A Companhia realizou as seguintes atividades de investimento e financiamento que não afetaram caixa e equivalentes de caixa e essas atividades não foram incluídas nas demonstrações dos fluxos de caixa:

	Controladora	
	30/09/2022	30/09/2021
Compensação Dividendos x Mútuo	(13.246)	(3.753)
Compensação Dividendos x Fornecedor partes relacionadas	(8.918)	-
Imposto de renda retido sobre mútuo	(238)	(73)
	(22.402)	(3.826)

32. Eventos subsequentes

Declaração de Juros sobre Capital Próprio (JCP)

Em reunião realizada em 08 de novembro de 2022, o Conselho de Administração deliberou o pagamento de JCP (Juros Sobre o Capital Próprio) relativo aos resultados do 3T22 no montante de R\$ 8.651, correspondente ao valor bruto de R\$ 0,140066 por ação ordinária, a ser pago em 31 de março de 2023.

Empréstimo Banco Daycoval

Em 05 e 06 de outubro de 2022, a Companhia tomou empréstimo junto ao Banco Daycoval no valor de R\$ 29.996 (vinte e nove milhões, novecentos e noventa e seis mil reais), com vencimento em setembro de 2028. A estrutura de juros para a dívida foi de 4,80% a.a. acrescida da Sobretaxa Fixa Juros Selic a ser divulgada pelo Sistema BNDES. Os recursos captados serão destinados ao reforço de capital da Companhia.